REVISTA unisan

Ciências Humanas

fonte: https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSPJK1MRgrr_ARgDRMfN2yoH7xT11SlhO76Uw&usqp=CAU

ISSN 1980 -1742
Ano 16 – Número 37 – Setembro de 2021

Todos os direitos desta edição estão reservados*

REVISTA unisan CIÊNCIAS HUMANAS

Ano 16, Número 37, Setembro de 2021
ISSN 1980-1742

FICHA TÉCNICA

Reitor da UNISAN	Anunciato Storópoli Neto
Assessor da Reitoria	Gabriel Sassi Storópoli
Conselho Editorial	Antonio V. B. Mota Fº - UNICAMP/ École des Haut Étude en Science Sociale (Paris) Gabriel Sassi Storópoli - UNISAN Silvia Sassi Storópoli - UNISAN
Corpo Editorial	Francisca Gorete Bezerra Sepúlveda Jorge Luiz Barros da Silva Paulo de Tarso Santini Tonon
Edição e editoração	Paulo de Tarso Santini Tonon

unisan centro universitário sta rita

Unidade Jaçanã: Avenida Jaçanã, 648 – Jaçanã São Paulo – SP – CEP 02273 001
http://www.santarita.br
Telefone (11) 2241 – 0777

** permitida a livre reprodução e divulgação, desde que a fonte seja adequadamente citada*

CAPA

fonte: https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSPIK1MRgrr_ARgDRMfN2yoH7xT11ShO76Uw&usqp=CAU

A crise hídrica é resultado dos baixos níveis de água nos reservatórios, no momento em que deveriam estar em níveis normais para atender as necessidades da população. No Brasil, a falta de água tornou-se mais grave a partir do ano de 2014. Na ocasião, a região Sudeste foi a principal afetada. A atual crise hídrica do Brasil é considerada a pior da história.

Apesar do Brasil apresentar quase um quinto das reservas hídricas do mundo, a falta de água é uma realidade em várias regiões do país. Alguns estudos indicam que os episódios de falta de recursos hídricos devem se repetir nos próximos anos. Além disso, a água não é igualmente distribuída no território brasileiro. Por exemplo, a região Norte concentra a maior parte da reservas hídricas do país, ao mesmo tempo é a região com a menor densidade demográfica. No Sudeste e Nordeste, onde está concentrada a maior parte da população e atividades industriais, existem poucas reservas hídricas.

Existem várias causas para a falta de água no Brasil, as principais são:

Aumento do consumo de água

Apesar da água possuir capacidade de renovação, o seu consumo ainda é maior do que essa capacidade. No Brasil, o aumento do consumo de água deve-se ao crescimento populacional, industrial e da agricultura. Para se ter um exemplo, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), de cada cem litros de água consumidos, 72 são usados na irrigação agrícola.

Desperdício de água

Como vimos, grande parte do consumo de água no Brasil deve-se a irrigação na agricultura. Porém, o setor também é um dos maiores responsáveis pelo desperdício de água. O desperdício também ocorre no cotidiano das pessoas, por exemplo: ao deixar torneiras abertas por muito tempo, banhos prolongados e vazamentos.

Diminuição do nível de chuvas

O desmatamento da floresta amazônica está diretamente relacionado a falta de chuva no país. Isso ocorre devido ao fenômeno dinâmico dos "rios voadores" que leva umidade a várias regiões da América do Sul.

Aquecimento Global

O aumento na concentração dos gases de efeito estufa provoca alteração nas trocas de calor, ficando a maior parte retida na atmosfera. Em consequência, ocorre o aumento da temperatura, o que causa o aquecimento global.

É importante destacar que o aumento da emissão de gases de efeito estufa é resultado das atividades humanas. Esse processo iniciou no século XVIII, com a Revolução Industrial e perdura até os dias de hoje.

O aquecimento global provoca uma série de alterações no planeta, das quais as principais são:

- Mudança na composição da fauna e da flora em todo o planeta.
- Derretimento de grandes massas de gelo das regiões polares, ocasionando o aumento do nível do mar. Isso poderá levar a submersão de cidades litorâneas, forçando a migração de pessoas.
- Aumento de casos de desastres naturais como inundações, tempestades e furações.
- Extinção de espécies.
- Desertificação de áreas naturais.
- As secas poderão ser mais frequentes.

As mudanças climáticas podem ainda afetar a produção de alimentos, pois muitas áreas produtivas podem ser atingidas, com profundos reflexos na economia e na qualidade de vida da população.

Fonte: ***Lana Magalhães , bióloga*** *--https://www.todamateria.com.br/crise-hidrica-no-brasil/ - https://www.todamateria.com.br/aquecimento-global/*

DESASTRE AMBIENTAL EM CONTAGEM REGRESSIVA

Paulo de Tarso Santini Tonon

Conforme o 6º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas intitulado *Mudanças Climáticas 2021: as bases das ciências físicas*, "Devemos tratar as mudanças climáticas como uma ameaça imediata, assim como devemos tratar as crises conectadas da natureza e da perda de biodiversidade, da poluição e do lixo, como ameaças imediatas".

As primeiras advertências sobre os perigos decorrentes da degradação do meio ambiente se tornaram acessíveis ao grande público por volta dos anos 1960 mas, desde 1830 - pouco depois da Revolução Industrial, já se podia perceber o aumento das temperaturas – de início no Ártico e nas zonas tropicais dos oceanos e posteriormente, na Europa, na Ásia e no continente Norte Americano. A cada década, observamos aumento na temperatura média do planeta; de 2001 a 2020, o aquecimento apurado foi de 0,99ºC em relação ao período de 1850 a 1900 e de 2011 a 2021, a elevação média foi de 1,09ºC.

As projeções produzidas pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas avaliam que, se continuarmos a viver nos mesmos moldes de hoje, mesmo com a implementação das ações a que muitos países se comprometeram, haverá ao longo dos próximos cem anos, aumento da temperatura média global de 1,8°C a 4,0°C. Se assim for, haverá elevação do nível médio dos oceanos entre 0,18m e 0,59m, o que afetará as atividades humanas e os ecossistemas terrestres de forma bastante significativa.

Apesar de tais evidências, as ações concretas contra tal ameaça ainda são demasiado tímidas. O que aparentemente não conseguimos compreender é que as agressões ao ambiente e suas nefastas consequências são irreversíveis. A queima de combusíveis fósseis que movimenta imensa frota de veículos, as indústrias e as usinas termelétricas, ao lado do desmatamento, das queimadas e da decomposição dos enormes volumes de lixo que produzimos, são os principais fatores que contribuem para a elevação da temperatura da terra.

Mudar nossos hábitos e paradigmas poderia mitigar os efeitos, mas o estrago produzido é irrecuperável. As expécies que foram extintas pela ação humana jamais voltarão e existir.

Apesar do assunto se constituir em tabu, não podemos nos furtar à consideração de que o crescimento populacional desenfreado é o principal responsável – ainda que indireto - pelo esgotamento dos recursos naturais, pela produção de lixo, poluição e redução da biodiversidade.

Não se trata de considerar a preservação de nosso planeta como uma atitude romântica, mas de nos conscientizarmos de que o que está em jogo é o quanto poderemos ainda sobreviver por aqui.

As recentes aventuras espaciais com tripulantes civis, promovidas por detentores de grandes fortunas parece indicar que não estamos dispostos a assumir a responsabilidade pela conservação deste planeta e começamos a busca por outro mundo que poderia nos acolher... será?

APRESENTAÇÃO

A Revista UNISAN é uma publicação eletrônica do Centro Universitário Santa Rita, que objetiva o desenvolvimento da produção intelectual e a democratização do acesso ao conhecimento.

Compreendemos como nossa missão levar ao conhecimento do mundo acadêmico, trabalhos de nossos professores e pesquisadores da nossa e de outras instituições de ensino superior, além de trabalhos de alunos que, em parceria com seus orientadores, se destacaram em qualidade e importância.

Esperamos que os artigos publicados nesta edição, além de promoverem o compartilhamento de informações e conhecimentos com outros pesquisadores, possam motivar cada vez mais a produção do conhecimento, cada vez mais necessária em nossos dias.

Boa leitura e até a próxima edição!

O editor

SUMÁRIO

ARTIGOS

1- **JACQUES DERRIDA E A DESCONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA**
Armando Takeo Ishibashi Jr. *6*

2 – **ANÁLISE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTOS DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**
Alex Sandro Tomazini. *16*

3- **ESTUDOS SOBRE O REFLEXO DA CRISE FINANCEIRA BRASILEIRA NO SETOR ALIMENTÍCIO**
Gevair Campos, Julia Magalhães e Costa, Milena Cecília de Souza, Raquel Aparecida Alves e Rosimeire Fernandes Cruz Pereira *24*

4- **OS EFEITOS DAS TEORIAS ECONÔMICAS CLÁSSICAS SOBRE O EMPREENDEDORISMO**
Fábio de Oliveira Bento e Fernanda Schaefer Cavalcante Melo *33*

5- **A FAMÍLIA NO CONTEXTO PANDÊMICO**
Luis Antonio da Silva *51*

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO *60*

JACQUES DERRIDA E A DESCONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA

Armando Takeo Ishibashi Junior

Mestre em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP (2020); Especialista em Direito Processual Civil (2010) e Direito Empresarial (2013), pela Escola Paulista da Magistratura; Graduado em Direito pela Universidade Paulista – UNIP (2003); Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Santa Rita de Cássia – UNISAN.

armando_takeo@hotmail.com

RESUMO:
O artigo propõe examinar a contribuição do desconstrutivismo de Jacques Derrida no exame do tema da Justiça, análise esta que foi apresentada pelo filósofo franco-argelino, numa palestra proferida na Cardozo School of Law, New York, em outubro de 1989, sob o título "Desconstruction and the Possibility of Justice", e que culminou com a publicação da obra *Força de Lei: O fundamento místico da autoridade.*

Palavras-chave: *Jacques Derrida; Desconstrução; Justiça.*

JACQUES DERRIDA AND THE DECONSTRUCTION OF JUSTICE

ABSTRACT:
The article proposes to examine the contribution of Jacques Derrida's deconstructivism in examining the theme of Justice, an analysis that was presented by the Franco-Algerian philosopher, in a lecture given at the Cardozo School of Law, New York, in October 1989, under the title "Deconstruction and the Possibility of Justice", and which culminated with the publication of the work Force of Law: The mystical foundation of authority.

Keywords: *Jacques Derrida; Deconstruction; Justice.*

SUMÁRIO: INTRODUÇÃO; 1. VIDA E OBRA DE JACQUES DERRIDA; 2. O DESCONSTRUTIVISMO; 3. O DESCONSTRUTIVISMO APLICADO AO DIREITO E A POSTURA FILOSÓFICA DO JURISTA; 4. A CORREÇÃO ENTRE JUSTIÇA E FORÇA; 5. O SENTIDO DE JUSTIÇA DIANTE DAS APORIAS; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

Ao contrário da ciência jurídica, que não raras vezes interessa apenas aos juristas, o tema da justiça se mostra presente no imaginário de todo e qualquer ser humano. Dificilmente passaremos por esta vida sem questionar o verdadeiro sentido da justiça, mesmo sabedores de que nenhuma resposta será definitiva[1].

Refletir sobre a justiça nunca foi tarefa exclusiva da comunidade jurídica, tanto assim o é, que foram os primeiros filósofos que buscaram atribuir-lhe um sentido adequado[2]. Portanto, o debate em torno da justiça é anterior à própria noção de direito.

O objetivo do presente trabalho é apresentar a contribuição do desconstrutivismo de Jacques Derrida para o desenvolvimento da reflexão acerca do tema da justiça.

Para tanto será levado em conta a abordagem do tema que foi realizado por Derrida em uma palestra proferida na Cardozo School of Law, New York, em outubro de 1989, sob o título "Desconstruction and the Possibility of Justice" (Desconstrução e a possibilidade de justiça), e que culminou com a publicação da obra *Força de Lei: O fundamento místico da autoridade.*

Desta forma, abordar-se-á o desconstrutivismo e a sua relação com o direito, vinculação esta que implicará na análise da correlação entre justiça e força, bem como de seu sentido diante das aporias, para ao final indicar as conclusões alcançadas a respeito do tema.

1. VIDA E OBRA DE JACQUES DERRIDA

Nascido na Argélia em 1930, e falecido em Paris aos 09 de outubro de 2004, vítima de um tumor de pâncreas, Jacques Derrida formou-se pela Escola Normal Superior de Paris, após ter sido submetido a dois exames de admissão, uma vez que reprovado na primeira tentativa de ingresso no curso de filosofia. Depois de formado, viria a exercer a atividade de professor nas principais universidades do mundo[3].

Nos Estados Unidos da América ensinou nas universidades de Harvard, Yale e John Hopkins. Em França, lecionou na Sorbonne e Escola Normal Superior, ambas em Paris. No Brasil proferiu diversas palestras, sendo a primeira delas na cidade de São Paulo, no ano de 1995, em um evento organizado conjuntamente pela Universidade de São Paulo (USP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o tema *História da Mentira: Prolegômenos*, e a segunda apresentação no Rio de Janeiro, no ano de 2001, momento em que abordou *Os Estados Gerais da Psicanálise*. Por fim, meses antes de seu falecimento expôs no Rio de Janeiro, a palestra *O perdão, a verdade, a reconciliação: qual gênero?*

O ano de 1967 seria marcante para sua vida intelectual, uma vez que publicaria seus três primeiros livros: *Gramatologia; A Escritura e a Diferença;* e *A voz e o Fenômeno.*

Sua principal contribuição para o campo da filosofia ocorreu com a criação do chamado *método de desconstrução*, que posteriormente viria a ser reconhecido pela comunidade acadêmica como *desconstrutivismo* ou *desconstrucionismo*, como se referiu o próprio pensador em uma

[1] A esse respeito já advertia Kelsen: "Nenhuma outra questão foi tão passionalmente discutida; por nenhuma outra foram derramadas tantas lágrimas amargas, tanto sangue precioso; sobre nenhuma outra, ainda, as mentes mais ilustres – de Platão a Kant – meditaram tão profundamente. E, no entanto, ela continua até hoje sem resposta. Talvez, por se tratar de uma dessas questões para as quais vale o resignado saber de que o homem nunca encontrará uma resposta definitiva; deverá apenas tentar perguntar melhor". (2001, pág. 1)

[2] Vale lembrar a clássica análise desenvolvida por Sófocles, em sua Antígona, a respeito da própria noção de justiça como oposição a lei violadora da ordem natural. SÓFOCLES. **Antígona.** Trad. Donaldo Schüler. São Paulo: 1999. Para um exame a respeito do direito de resistência de Antígona, sob uma perspectiva crítica que radicaliza o próprio Direito para resgatar o comprometimento da justiça, recomenda-se a atenta leitura da obra de Paola Cantarini. **Antígona. Por uma crítica radical do Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

[3] Um exame aprofundado sobre a vida e os consequentes trabalhos do autor poderá ser consultada na Enciclopédia on-line de Filosofia da Universidade Stanford: https://plato.stanford.edu/entries/derrida/#Dec.

palestra proferida em Nova York, na Cardozo School of Law, New York, em outubro de 1989, sob o título "Desconstruction and the Possibility of Justice" (Desconstrução e a possibilidade de justiça), texto este que será analisado neste artigo.

2. O DESCONSTRUTIVISMO

O termo desconstrução foi utilizado pioneiramente por Derrida em sua obra *Gramatologia*, onde explorou a interação entre a linguagem e a cristalização do conhecimento pela escrita.

Nas palavras do autor:

> A "racionalidade" – mas talvez fosse preciso abandonar esta palavra, pela razão que aparecerá no final desta frase -, que comanda a escritura assim ampliada e radicalizada, não é mais nascida de um *logos* e inaugura a destruição, não a demolição mas a de-sedimentação, a desconstrução de todas as significações que brotam da significação de *logos*. Em especial a significação de *verdade*[4].

Ponto central na desconstrução derridiana reside no fato de que a palavra escrita, ao substituir a *fala*, teria sido responsável por eliminar o *logos*, ou seja, o princípio da inteligibilidade:

> Assim, a "ciência" semiológica ou, mais estritamente, linguística, não pode conservar a diferença entre significante e significado – a própria ideia de signo – sem a diferença entre o sensível e o inteligível, é certo, mas também sem conservar ao mesmo tempo, mais profunda e mais implicitamente, a referência a um significado que possa "ocorrer", na sua inteligibilidade, antes de sua "queda", antes de toda expulsão para a exterioridade do "este mundo" sensível. Enquanto face de inteligibilidade pura, remete a um *logos* absoluto, ao qual está imediatamente unido. Este *logos* absoluto era, na teologia medieval, uma subjetividade criadora infinita: a face inteligível do signo permanece voltada para o lado do verbo e da face de Deus[5].

Desse modo, conforme dirá Derrida no texto *A farmácia de Platão*, é preciso "*dissimular a textura* do texto" para revelar o logos, já que a "escritura consiste em repetir sem saber"[6]. Esta proposta desperta uma reflexão. Se a escrita aprisiona o logos, conforme ensina Derrida, faltariam ferramentas para desconstruir os signos do ocidente. Nietzsche não teve esta paciência e preferiu utilizar de um único instrumento com origens pré-históricas, um martelo, para buscar refundar a moral humana.

Assim, o desconstrutivismo proposto por Jacques Derrida parte do pressuposto de que as formações culturais e intelectuais humanas deveriam ser submetidas à reinterpretação, de modo a buscar um novo conhecimento a respeito de questões que, eventualmente, pudessem ter sido desprezadas pelo estudioso de uma determinada ciência. Aqui existe uma clara influência sobre o autor da psicanálise freudiana, que propõe que o inconsciente é a verdadeira realidade psíquica, porém desconhecido como a realidade exterior e incompreendido pela sensorialidade dos indivíduos[7].

Portanto, a proposta derridiana exige a necessária desconstrução dos elementos da escrita em busca da sua ressignificação.

É nesse sentido que Derrida promove uma reflexão inaugural na sua memorável palestra junto a universidade estadunidense, para dizer que *deve* utilizar o idioma inglês para se dirigir ao público,

[4] DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 13.

[5] DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 16.

[6] DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005, p.11-21.

[7] Conforme apontava Freud: "O inconsciente é a verdadeira realidade psíquica, tão desconhecido para nós, em sua natureza íntima, quanto a realidade do mundo externo, e nos é apresentado de modo tão incompleto pelos dados da consciência quanto o mundo externo pelas indicações de nossos sentidos". FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. (obras completas, vol. 4). 1ª ed. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras,2019, p. 666.

extraindo dessa mudança de linguagem, a noção de *dever como obrigação* (*i have to*), inquietando assim a maioria do auditório que *faz a lei* (*making the law*), e que consequentemente a aplica aos diversos fatos da vida (*to enforce the law*), expressão última que no idioma natal do autor, portanto, no francês, perde a alusão direta do uso legítimo da força que está presente no inglês[8].

É importante frisar que o desconstrutivismo proposto por Derrida não corresponde a simples de método de leitura ou de interpretação de texto, tampouco a uma mera licença para arbitrariedade crítica.

A necessidade de descontruir as verdades até então vigentes no texto, decorre do fato de que, para a filosofia, não existem verdades absolutas. Toda verdade é provisória e demanda um contínuo movimento de marchas e contramarchas, de modo a atingir o aprimoramento das ideias.

É por isso que para Derrida a compreensão de um texto pode ser muito aquém daquilo que imaginamos, uma vez que os textos estão permeados de *aporias*, que na visão do renomado filósofo significa contradição, dificuldade, ou dúvida a respeito daquilo que estamos lendo.

Surge assim o interesse do autor pelas *aporias*, daí o porquê de se afirmar que sua filosofia diz respeito a *aporética*, ou seja, ao estudo das aporias.

A desconstrução é uma forma de ler determinados textos e revelar suas aporias. Nesse sentido, e diante do fato de que o direito se expressa, em grande parte pelos sistemas jurídicos contemporâneos, por regras escritas, se mostra possível também a sua desconstrução:

> Em la estrutura que describo de esta manera, el derecho es essencialmente desconstruible, ya sea porque está fundado, construido sobre capas textuales interpretables y transformables (y esto es la historia del derecho, la posible y necesaria transformación, o en ocasiones la mejora del derecho), ya se porque su último fundamento por definición no está fundado. Que el derecho sea desconstruible no es una desgracia[9].

Neste ponto, revela-se com clareza o objeto das reflexões filosóficas de Derrida, que ocorrem a partir da análise da linguagem, residindo em tal aspecto a sua importância para o Direito, uma vez que a ciência jurídica, por descrever uma outra linguagem, apresenta-se como metalinguagem. Assim, conforme esclarece Fabiana Del Padre Tomé:

> Sendo a Ciência do Direito descritiva de uma outra linguagem – o direito positivo –, suas proposições apresentam-se como linguagem de sobrenível, metalinguagem. O objeto da reflexão científica figura, então, como linguagem-objeto, a linguagem de que se fala. São diferentes, portanto, os níveis em que se encontram as linguagens do direito positivo e da Ciência do Direito: aquela, linguagem-objeto; esta, metalinguagem[10].

Vale observar que a noção de aporia para Derrida não é a mesma presente entre os filósofos gregos, pela qual um diálogo fatalmente terminava sem qualquer explicação plausível, como ocorre, por exemplo, no debate socrático sobre a justiça presente no livro I de *A República* de Platão, que termina com a afirmação de Sócrates de que nada sabe a respeito do que é a justiça, se

[8] DERRIDA, Jacques. **El fundamento místico de la autoridad**. 3ª ed. trad. Adolfo Barberá y Patricio Peñalver Gómez. Madrid: Éditions Galilée, 2018, p. 13-15.

[9] Em tradução livre: "Na estrutura que descrevo desta forma, o direito é essencialmente desconstrutível, seja porque se funda, se constrói sobre camadas textuais interpretáveis e transformáveis (e esta é a história do direito, a transformação possível e necessária, ou por vezes o aperfeiçoamento do direito). Já sei por que seu último fundamento, por definição, não é fundado. Que a lei seja desconstrutível não é uma desgraça". DERRIDA, Jacques. **El fundamento místico de la autoridad**. 3ª ed. trad. Adolfo Barberá y Patricio Peñalver Gómez. Madrid: Éditions Galilée, 2018, p. 35.

[10] TOMÉ, Fabiana Del Padre. Linguagem no direito. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: *https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/68/edicao-1/linguagem-no-direito.*

virtude ou não, bem como se aquele que a possui é ou não feliz[11].

Logo, para o filósofo da linguagem argelino as aporias são pontos de partida que conduzirão à recriação do próprio signo linguístico. Percebe-se, portanto, que a necessidade de revisitar o passado em busca de novos sentidos decorre do fato de que as palavras não têm a capacidade de expressar tudo o que se quer falar.

Desta maneira, seria necessário realizar uma desconstrução do texto para buscar descobrir partes que estão dissimuladas e que impediram a sua adequada compreensão em um determinado momento histórico.

Curioso observar que a desconstrução apresentada por Derrida não significa uma completa destruição do saber que até então vigorava no espírito do leitor, na linha daquilo que foi defendido por Nietzsche, com a sua filosofia a golpes de martelo, e que procurava destruir os ídolos, que para o filósofo tedesco representava todo modelo de constituição de subjetividade suficientemente capaz para promover a escravidão da vida[12].

Esta distinção, para além de marcar a posição teórica que foi apresentada por Jacques Derrida, por ocasião do seu desconstrutivismo, revela-se absolutamente significativa, na medida em que ao permitir a desconstrução do texto, sem que ocorra a sua destruição, possibilitará a reconstrução de algo novo, e consequentemente provisório, diante da possibilidade de nova desconstrução, caracterizando assim um verdadeiro circuito autopoiético[13].

3. O DESCONSTRUTIVISMO APLICADO AO DIREITO E A POSTURA FILOSÓFICA DO JURISTA

A necessidade de desconstruir o texto que se apresenta, de modo a buscar novos horizontes interpretativos, revela-se como sendo uma importante ferramenta para o estudo do direito. Ora, se o homem com diz Foucault (2016, p.30) é este "ser saturado de analogia"[14], inevitável que o direito, enquanto resultado das forças decorrentes dos meios de produção material[15], para adotarmos aqui uma vertente marxista, também exija constantes reinterpretações.

Desconstruir pré-conceitos para revelar verdades escondidas debaixo de dogmas, refletir a respeito de valores tidos como imutáveis em uma determinada sociedade, bem como a busca por um novo sentido para a ideia de justiça, entre tantas outras posturas inquietadoras, são apenas alguns exemplos que a contribuição do desconstrutivismo pode oferecer para o Direito.

O jurista que assume o compromisso de revisitar o texto normativo abandona a postura dogmática, que identifica o direito como simples instrumento decisório[16], e passa a desenvolver o espírito

[11] ISHIBASHI JUNIOR, Armando Takeo. A problematização da justiça em Sócrates: uma análise do Livro I da República de Platão. **Revista Santa Rita**, São Paulo, n. 26, p. 06-14, dez. 2018, p. 13. Disponível em: https://pt.calameo.com/read/00538463663b608ea7fa3

[12] Em sua filosofia Nietzsche buscou martelar a metafísica, o cristianismo e a linguagem como forma de mundanizar o homem. NIETZSCH, Friedrich Wilhelm. **O crepúsculo dos ídolos (ou A filosofia a golpes de martelo).** Trad. Edson Bini e Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2001.

[13] Sobre a aplicação pioneira no Brasil do sistema autopoiético ao Direito, conferir a obra de Willis Santiago Guerra Filho. **Autopoiese do direito na sociedade pós-moderna**: introdução a uma teoria social e sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

[14] FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 10ª ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, p. 30.

[15] A propósito ensina Alysson Leandro Mascaro: "O direito, em Marx, não assume, como era próprio da filosofia do direito moderna, a característica de ideia ou de conceito que melhor faça justiça à realidade. Não evolui pelo melhor aclaramento da consciência do jurista, nem tampouco pela melhor elaboração dos conceitos. Na verdade, evolui pela necessidade das relações produtivas de estabeleceram determinadas instâncias que possibilitem o próprio funcionamento do sistema. Na circulação da produção, na exploração da mais-valia, no lucro, no contrato, enfim, o direito desempenha papel fundamental de estruturação destas próprias relações". In. **Introdução à Filosofia do Direito**: Dos modernos aos contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2002, p. 118.

[16] Conforme ensina Tercio Sampaio Ferraz Junior: "A ciência dogmática do direito constrói-se, assim, como um processo de subsunção dominada por um esquematismo binário, que reduz os objetos jurídicos a duas possibilidades: ou se trata disso ou se trata daquilo, construindo-se enormes redes paralelas de seções. A busca, para cada ente jurídico, de sua natureza – e esta é a preocupação com a natureza jurídica dos institutos, dos regimes jurídicos etc. – pressupõe uma atividade teórica desse

crítico em busca de novos sentidos hermenêuticos[17].

É o que se chama, em filosofia, de postura filosófica, e que, uma vez aplicada ao direito, resulta naquilo que se convencionou chamar de postura filosófica do jurista. Nos dizeres de Alyson Leandro Mascaro:

> Daí, então, o posicionamento crítico do jurista é o seu mergulho no todo social. as contradições do mundo passam pela sua formalização jurídica, mas são maiores que o direito. As lutas políticas e sociais de transformação é que tornam um jurista um homem crítico e pleno, não por conta seu afazer de jurista crítico, mas pela sua luta estrutural travada no conjunto dos explorados.
> Tal é a diferença entre um jurista tacanho e um jurista aguerrido e honorável: a consciência política do seu papel, que se traduz na compreensão científica da sociedade, no entendimento profundo das causas das grandes injustiças do mundo, na denúncia violenta dessas estruturas de exploração, poder de dominação, e na ação coletiva, política e social plena – essa arte inspirada e iluminada – da transformação das estruturas sociais.
> O jurista médio, frio e tecnicista, só tem olhos às normas jurídicas estatais. O grande jurista tem olhos voltados à esperança de um mundo justo[18].

Esta postura filosófica é imprescindível diante das aporias que surgem e que devem ser enfrentadas pelo estudioso do direito, uma vez que a complexidade dos relacionamentos sociais, potencializada pela contínua evolução tecnológica, que reflete diretamente no comportamento do homem, acaba por ocasionar conflitos de difícil, quiçá impossível solução.

Assim, o direito apresenta-se como terreno absolutamente fértil para aplicação do desconstrutivismo, de modo a se atingir não apenas o aprimoramento da ciência jurídica, mas também da própria noção da justiça.

5. A CORRELAÇÃO ENTRE JUSTIÇA E FORÇA

A palestra que foi proferida por Derrida na *Cardozo School of Law* pode ser dividida em duas partes. Em um primeiro momento o autor pesquisado procurou estabelecer a correlação entre justiça e força, para em seguida refletir a respeito da ideia de justiça diante das aporias.

Propondo desconstruir a ideia de justiça, Derrida esclarece que esta não se confunde com o direito ou a lei, ainda que se valha de tais instrumentos para revelar-se ao mundo.

Para se falar em justiça é indispensável pensar também no elemento da força. Desta maneira, a força seria, por assim dizer, necessária para a própria existência da justiça. É que a justiça desprovida de força se mostra impotente, ou seja, incapaz de modificar a realidade. Por outro lado, a força desprovida de justiça implicaria no exercício da tirania.

Nesse sentido, lembramos a distinção entre os símbolos grego e romano da justiça, e que é exposta pelo Professor Tercio Sampaio Ferraz Junior da seguinte forma:

> Notamos, ademais, que a deusa regra tinha os olhos abertos. Ora, os dois sentidos mais intelectuais para os antigos eram a visão e a audição. Aquela para indicar ou simbolizar a especulação, o saber puro, a *sapientia*; esta para mostrar o valorativo, as coisas práticas, o saber

---

tipo, na qual os fenômenos ou são de direito público ou de direito privado, um direito qualquer ou é real ou é pessoal, assim como uma sociedade é civil, sendo as eventuais incongruências ou tratados como exceções (natureza híbrida) ou contornadas por ficções". FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito:** técnica, decisão, dominação. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 81-82.

[17] Sobre a função do pensamento jurídico crítico esclarece Antonio Carlos Wolkmer: "O pensamento crítico tem a função de despertar a autoconsciência de subjetividades oprimidas que são vítimas dos segmentos sociais opressores, dos corpos dirigentes hegemônicos e das formas institucionalizadas de violência e poder (local e global). Certamente a 'crítica', como dimensão epistemológica e sociopolítica, tem um papel pedagógico transgressor, à medida que se torna instrumental operante correto para a conscientização, resistência e libertação, incorporando as esperanças, intentos e carências de sociabilidades que sofrem qualquer forma de discriminação, exploração e exclusão." WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 255.

[18] MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao Estudo do Direito.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 188.

> agir, a prudência, o apelo à ordem etc. Portanto, a deusa grega, estando de olhos abertos, aponta para uma concepção mais abstrata, especulativa e generalizadora que precedia, em importância, o saber prático. Já para os romanos, com a Iustitia de olhos vendados, mostram que sua concepção do direito era antes referida a um saber-agir, uma prudentia, um equilíbrio entre a abstração e o concreto. Aliás, coincidentemente, os juristas romanos de modo preponderante não elaboram teorias abstratas sobre o justo em gral (como os gregos) mas construções operacionais, dando extrema importância à oralidade, à palavra falada, donde a providência de lex do verbo legere (ler, em voz alta). Além disso, o fato de que a deusa grega tinha uma espada e a romana não mostra que os gregos aliavam o conhecer o direito à força para executá-lo (iudicare), donde a necessidade da espada, enquanto aos romanos interessava, sobretudo quando havia direito, o jus-dicere, atividade precípua do jurista que, para exercê-la, precisava de uma atitude firme (segurar a balança com as duas mãos, sem necessidade da espada); tanto que a atividade do executor, do iudicare, era para eles menos significativa, sendo o iudex (o juiz) um particular, geralmente e a princípio, não versado em direito[19].

Desta reflexão extrai-se a conclusão de que é imprescindível que a força e a justiça caminhem conjuntamente, para que a justiça possa se manifestar na força, e a força ser limitada pela justiça.

Esta conclusão reforça a ideia de que a análise da justiça deve ocorrer de maneira contextualizada, e não simplesmente no plano da abstração.

6. O SENTIDO DA JUSTIÇA DIANTES DAS APORIAS

Distinguir o direito da ideia de justiça não é tarefa fácil, uma vez que um é exercido em nome do outro. Na obra Força de Lei, Derrida adverte que é preciso ser justo com a própria justiça. Por isso, a busca pela ressignificação da ideia de justiça, a partir do desconstrutivismo, pode ter como ponto de partida a existência de pelo menos três aporias[20].

A primeira delas consiste na *epokhé da regra*, ou seja, da necessária suspensão do juízo, de modo a permitir que o aplicador do direito tenha a plena liberdade para romper com o entendimento previamente estabelecido a respeito da lei.

Nas palavras do autor:

> Nuestro axioma más común es que para ser justo – o injusto, para ejercer la justicia, o para violarla – debo ser libre y responsable de mi acción, de mi comportamiento, de mi pensamiento, de mi decisíon. De um ser que carece de libertad, o al menos que no es libre em uno u outro acto, no puede decirse que su decisíon, del justo debe, para ser tal, para ser reconocida como tal, seguir una ley o una prescrición, una regla[21].

Examinando a expressão inglesa *fresh* judgment, Derrida sustentará que o julgamento somente será considerado justo, caso decorra de um novo frescor, ou seja, a partir de um novo ato de interpretação.

Logo, a decisão somente será justa e responsável se for destrutiva ou suspensiva da lei para que o julgador possa reinventar o direito em cada caso concreto, porque:

> Cada caso es otro, cada decisión es diferente y requiere una interpretación

[19] FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito:** técnica, decisão, dominação. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 33.

[20] Novamente registramos que na filosofia a aporia corresponde a um impasse, paradoxo ou momento de contradição. Cite-se, como exemplo, a célebre passagem aporética do personagem Hamlet de William Shakespeare: "To ber or not to be, that is the question" (Ser ou não ser, eis a questão). SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Trad. Millôr Fernandes, p. 51. Disponível em: Shakespeare-HAMLET-Tradução-Millôr-Fernandes.pdf (google.com).

[21] Em tradução livre: "Nosso axioma mais comum é que para ser justo - ou injusto, para exercer a justiça ou violá-la - devo ser livre e responsável por minha ação, meu comportamento, meu pensamento, minha decisão. Se é que lhe falta liberdade, ou pelo menos não é livre em um ou outro ato, não se pode dizer que a sua decisão, do justo, deve, para ser tal, para ser reconhecido como tal, obedecer a uma lei ou a um prescrição, uma regra." DERRIDA, Jacques. **El fundamento místico de la autoridad**. 3ª ed. trad. Adolfo Barberá y Patricio Peñalver Gómez. Madrid: Éditions Galilée, 2018, p. 51-52.

> absolutamente única que ninguma regla existente y codificada podría ni debería garantizar absolutamente[22].

Assim, para Derrida a decisão somente será considerada justa se o julgador tiver a necessária liberdade para realizar a interpretação da regra jurídica, como se a lei não existisse anteriormente. É preciso, portanto, abandonar juízos pré-concebidos, uma vez que nenhum caso é semelhante ao outro. Novos atores processuais, detalhes a respeito dos fatos e a inovação na construção de argumentos demandam a necessidade de uma decisão única e diferente das demais.

Esta perspectiva coloca em oposição os sentidos de justiça e direito, uma vez que este utiliza instrumentos para uniformização do entendimento judicial, como por exemplo, a jurisprudência, súmulas, inclusive de efeitos vinculantes[23], bem como da denominada técnica de julgamento dos incidentes de resolução de demandas repetitivas[24], além dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos[25].

Vale lembrar que a técnica da distinção (*distinguishing*), prevista no artigo 489, §1º, inciso VI, pela qual autoriza o julgador a deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente, caso demonstrada a existência de certas peculiaridades presentes no caso em julgamento, funciona como verdadeira válvula de escape para prestigiar a liberdade do julgador.

A segunda aporia é chamada por Derrida de *assombração do indecidível*, e diz respeito ao fato de que a tomada de decisão, não raras vezes, apresenta-se como sendo impossível diante de uma determinada regra jurídica.

Conforme esclarece Derrida:

> Se associa frecuentemente lo indecidible a la desconstrucción. Pero lo indecidible no es unicamente la oscilación entre dos significaciones o reglas contracditorias y muy determinadas, aunque igualmente imperativas (por ejemplo, aqui, el respeto del derecho universal y de la equidade y al mismo tempo el respeto de la singularidade simpre heterogénea y única del ejemplo no subsumible). Lo indecidible no es unicamente la oscilación o la tensión entre dos decisiones. Indedicible el la experiencia de lo que, desconocido, sindo heterogéneo com respecto al orden de lo calculable y de la regla debe sin embargo – es de um deber de lo que hay que hablar – entregasr a la decisión imposible, teniendo en cuenta el derecho y la regla[26].

Todavia, o julgador não pode deixar de decidir, e proferirá uma decisão que o assombrará com a possibilidade de ter cometido um erro[27]. A beleza desta aporia está no fato de que nenhuma decisão pode ser tida no presente momento como plenamente justa. A decisão prospecta um sentido de justiça, que poderá ser ou não confirmada ao ser desconstruída no futuro. Portanto, a justiça desconstrói a própria ideia de direito.

---

[22] Em tradução livre: "Cada caso é outro, cada decisão é diferente e requer uma interpretação absolutamente única que nenhuma regra existente e codificada poderia ou deveria garantir de forma absoluta". DERRIDA, Jacques. **El fundamento místico de la autoridad**. 3ª ed. trad. Adolfo Barberá y Patricio Peñalver Gómez. Madrid: Éditions Galilée, 2018, p. 53.

[23] CF/1988, Art. 103-A. "O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei."

[24] Trata-se de técnica de julgamento prevista pelo artigo 976, do CPC de 2015, que permite aos Tribunais uniformizar o entendimento aplicável aos processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, como forma de impedir a violação da isonomia e segurança jurídica.

[25] De acordo com o artigo 1.036, do Código de Ritos de 2015, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça poderão realizar julgamento por amostragem como forma de oferecer um processo mais célere.

[26] Em tradução livre: "O indecidível está frequentemente associado à desconstrução. Mas o indecidível não é apenas a oscilação entre dois significados ou regras contrafactuais e muito determinados, embora igualmente imperativo (por exemplo, aqui, o respeito pela lei e equidade universais e ao mesmo tempo o respeito pela sempre heterogénea e única singularidade do exemplo não-substituível). O indecidível não é apenas a oscilação ou a tensão entre duas decisões. Indecidível é a experiência daquilo que, desconhecido, sendo heterogéneo em relação à ordem do calculável e da regra, deve, no entanto - é de um dever de que temos de falar - entregar a decisão impossível, tendo em conta a lei e a regra". DERRIDA, Jacques. **El fundamento místico de la autoridad**. 3ª ed. trad. Adolfo Barberá y Patricio Peñalver Gómez. Madrid: Éditions Galilée, 2018, p. 55.

[27] Lembramos que no direito brasileiro o princípio da vedação ao *non liquet*, encontra amparo no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, que assim diz: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Por fim a terceira aporia apontada por Derrida é chamada de *urgência que barra o horizonte do saber*, e que é apresentada pelo autor da seguinte forma:

> Ahora bien, la justicia, por no presentable que sea, no espera. La justicia es lo que no debe esperar. Para decirlo de manera directa, sencilla y breve: uma decisión justa es necessária siempre *imediatamente,* enseguida, lo más rápido posible[28].

Sabe-se que a justiça não pode esperar[29]. Uma decisão justa é sempre requerida imediatamente[30]. Contudo, esta necessidade de urgência também poderá implicar na ocorrência de decisões injustas.

Assim, o instante da decisão se transforma em um momento de loucura. Não obstante o horizonte revela uma abertura para novas reflexões e interpretações, razão pela qual afirmava o autor que a justiça permanece porvir.

Desta maneira, para se alcançar a verdadeira justiça, é preciso reinterpretar o direito constantemente, notadamente pela possibilidade da superação da força vinculante dos precedentes judiciais (overruling)[31], como resultado das transformações e compreensão do próprio direito envolvido, dos valores sociais, da tecnologia, e principalmente pela possibilidade de erro judicial.

CONCLUSÃO

Conforme observamos ao longo do presente estudo, verificamos que o desconstrutivismo é uma importante ferramenta para a compreensão do sentido de justiça, principalmente diante das aporias que surgem no momento de sua análise.

O jurista que resolver trilhar o caminho da filosofia, a partir do desenvolvimento do senso crítico, encontrará no desconstrutivismo um importante aliado para alcançar novos horizontes interpretativos.

Importante registrar que o desconstrutivismo não implica na destruição dos paradigmas hermenêuticos até então vigentes, mas na desmontagem para posterior remontagem dos objetos analisados.

Desta maneira, as aporias que foram analisadas por Derrida, com relação ao tema da justiça, também poderão ser desconstruídas em busca de um novo sentido.

Romper com pré-conceitos, prospectar o sentido de justiça e contemplar o horizonte em busca de novas aberturas hermenêuticas.

As aporias surgem, assim, como pontos de inflexão em busca de uma contínua redescoberta pela noção de justiça.

---

[28] Em tradução livre: "Mas a justiça, por muito pouco representativa que seja, não espera. A justiça é o que não deve esperar. Para o dizer de forma directa, simples e breve: é sempre necessária uma decisão justa imediatamente, o mais rapidamente possível". DERRIDA, Jacques. **El fundamento místico de la autoridade**. 3ª ed. trad. Adolfo Barberá y Patricio Peñalver Gómez. Madrid: Éditions Galilée, 2018, p. 60.

[29] CF/88. Art. 5º, LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

[30] No processo civil brasileiro o artigo 300, §º3, estabelece a possibilidade da denegação da concessão pelo Juiz das denominadas tutelas de urgência, diante da possibilidade da irreversibilidade dos efeitos da decisão liminar.

[31] O *overruling* está positivado na parte final do artigo 489, §1º, inciso VI, do CPC de 2015.

REFERÊNCIAS

CANTARINI, Paola. **Antígona. Por uma crítica radical do Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

DERRIDA, Jacques. **El fundamento místico de la autoridad**. 3ª ed. trad. Adolfo Barberá y Patricio Peñalver Gómez. Madrid: Éditions Galilée, 2018.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do Direito:** técnica, decisão, dominação. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 10ª ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. (obras completas, vol. 4). 1ª ed. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras,2019, p. 666.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Autopoiese do direito na sociedade pós-moderna**: introdução a uma teoria social e sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

KELSEN, Hans. **O que é justiça?** A Justiça, o Direito e a Política no espelho da ciência. Tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ISHIBASHI JUNIOR, Armando Takeo. A problematização da justiça em Sócrates: uma análise do Livro I da República de Platão. **Revista Santa Rita**, São Paulo, n. 26, p. 06-14, dez. 2018. Disponível em: *https://pt.calameo.com/read/00538463663b608ea7fa3*

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao Estudo do Direito.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução à Filosofia do Direito**: Dos modernos aos contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2002.

NIETZSCH, Friedrich Wilhelm. **O crepúsculo dos ídolos (ou A filosofia a golpes de martelo).** Trad. Edson Bini e Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2001.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Trad. Millôr Fernandes, p. 51. São Paulo: L&PM, 2014.
Disponível em: *http://www2.uol.com.br/millor/ SHAKESPEARE, William. Hamlet. Trad. Millôr Fernandes.PDF*

SÓFOCLES. **Antígona**. (Trad. Donaldo Schüler). São Paulo: L&PM Pocket, 1999.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. **Linguagem no direito**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: *https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/68/edicao-1/linguagem-no-direito*

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ANÁLISE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTOS DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Alex Sandro Tomazini

Graduado em Geografia, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil (2017), Doutor em Ciências da Educação pela Saint Peters College. Mestrando em Ciências da Educação pela University of Athens e no curso Governo, Estado e Políticas Públicas na Universidade Latino Americana de Serviço Social.

alextomazini@bol.com.br

RESUMO

Visando diminuir o processo de degradação ambiental e de conscientizar a população na preservação da natureza, proporcionando ao cidadão uma visão critica sobre o ambiente em que vive, surgiu a Educação Ambiental. O Município de Guarulhos/SP nos apresenta um cenário com problemas de saneamento básico, crescimento populacional e ocupações desordenadas do solo. Esses foram alguns dos motivos pelos quais a Autarquia de Saneamento Básico, o Serviço de Água e Esgoto de Guarulhos instituiu, em 2001, o Programa de Educação Ambiental – PEA: "Guarulhos: Saneamento Ambiental e Qualidade de Vida", com base nos recursos hídricos, desenvolvendo suas atividades em escolas municipais, estaduais, particulares e comunidades locais, com o objetivo de promover a conscientização ambiental e estimular a cidadania dos participantes.

Palavras-chave: *Educação ambiental; sustentabilidade; construção de cidadania.*

ABSTRACT

Aiming to reduce the process of environmental degradation and to make the population aware of the preservation of nature, providing citizens with a critical view of the environment in which they live, Environmental Education emerged. The city of Guarulhos/SP presents us with a scenario with basic sanitation problems, population growth and disorderly land occupations. These were some of the reasons why the Basic Sanitation Authority, the Water and Sewage Service of Guarulhos instituted, in 2001, the Environmental Education Program - PEA: "Guarulhos: Environmental Sanitation and Quality of Life", based on water resources, developing its activities in municipal, state and private schools and local communities, with the aim of promoting environmental awareness and encouraging citizenship among the participants.

Keywords: *Environmental education; sustainability; building citizenship.*

INTRODUÇÃO

Para amenizar os impactos sobre o ambiente e mantermos o equilíbrio ecológico através da conscientização e sensibilização da humanidade, aproximando os diversos atores de uma comunidade - o Poder Público e diversos segmentos sociais e ambientais - a ferramenta apontada foi a Educação Ambiental.

O Município de Guarulhos/SP possui uma área de 341km², sendo 30% desta área de preservação ambiental, e uma população de aproximadamente 1.325.000 hab. (PMG, 2019). Completam o cenário, problemas de saneamento básico, crescimento populacional e ocupações desordenadas do solo; contudo, naquele município já existem programas de Educação Ambiental.

Os problemas encontrados no município foram motivo para que a Autarquia de Saneamento Básico, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos (SAAE) instituir em 2001, o Programa de Educação Ambiental "Guarulhos: Saneamento Ambiental e Qualidade de Vida". O programa tem sua base nos recursos hídricos e desenvolve suas atividades em escolas municipais, estaduais, particulares e nas comunidades locais; foi criado com o objetivo de promover a conscientização ambiental e estimular o exercício da cidadania dos munícipes, evitando a degradação, poluição e escassez de recursos naturais do município de Guarulhos.

OBJETIVO

Analisar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Programa de Educação Ambiental "Guarulhos: Saneamento Ambiental e Qualidade de Vida", desde sua criação, no ano de 2001 até o final do ano de 2018.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, os métodos utilizados implicaram em pesquisas secundárias em diversas fontes bibliográficas e primárias realizadas, através de questionários com perguntas fechadas e semi-abertas, aplicados junto a professores(as), alunos(as) e funcionários(as) que fizeram parte e que atualmente compõem a equipe do PEA desde o ano de 2001 até 2018. Foram também utilizados os arquivos do Programa, contendo os contatos das escolas e trabalhos elaborados pelos alunos. Com os resultados obtidos através das pesquisas e entrevistas, os dados foram analisados e comparados, buscando consolidar um olhar critico construtivo para o PEA, o que eventualmente possa vir a contribuir com a otimização das novas etapas previstas. O critério pretendido para a aplicação do questionário era de algumas escolas que participaram do PEA, sendo que, cada escola esteja situada em regiões diferentes do município de Guarulhos, utilizando uma amostragem composta de dez escolas, correspondente a cada ano letivo, resultando um total de dezesseis unidades escolares.

DESENVOLVIMENTO

Guarulhos é um dos 645 municípios do Estado de São Paulo. Localizado a Nordeste da Região Metropolitana da Capital, possui uma área de 341 Km² e uma população de aproximadamente 1.325.000 habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 2,56 (IBGE, 2018).

Currie (2016, p. 57) afirma que algumas construções foram importantes

para o crescimento de Guarulhos, como em 1952 quando a rodovia Presidente Dutra foi inaugurada, como principal via de acesso entre São Paulo e Rio de Janeiro. Também foi influenciada pela rodovia Fernão Dias, que corta o município, ligando São Paulo a Belo Horizonte, em Minas Gerais, além da construção do Aeroporto Internacional de Guarulhos em 1985 - o maior e mais moderno da América do Sul. Tudo isso teve como resultado o crescimento, tanto populacional quanto econômico, que trouxe a sede de indústrias nacionais e multinacionais para o município.

É nesse cenário complexo que se observa a necessidade da implementação de um processo de educação ambiental em todo o município, no qual o trabalho do SAAE, através do PEA. Tal projeto objetiva beneficiar o município de Guarulhos, assim como pode servir como referência para outros Programas de Educação Ambiental em outros municípios (JACOBI, 2013).

O Serviço de Água e Esgotos de Guarulhos foi fundado no dia 30 de junho de 1967, como uma autarquia da Prefeitura de Guarulhos, com o objetivo de levar através do fornecimento de água e do saneamento básico, saúde, conforto e qualidade de vida à população.

A primeira grande obra aconteceu em 1970, com a construção do reservatório Gopoúva, capaz de armazenar aproximadamente 50 milhões de litros de água. Naquela época Guarulhos ainda tinha estrutura precária, com poucos quilômetros de redes de abastecimento de água e de esgotos. O SAAE inovou com suas instalações, como a construção do primeiro reservatório em aço para abastecimento público no Brasil e pela utilização de canos de PVC em lugar dos de cerâmica (SAAE, 2017).

Em 1971 Guarulhos tinha aproximadamente 224.300 habitantes, com apenas 118 quilômetros de rede de água; havia 10.400 ligações de água cadastradas, sendo que a cidade possuía 30 mil prédios que pagavam imposto predial (SAAE, 2017). Além disso, àquele tempo, os esgotos eram lançados *in natura* no rio Tietê.

Os Sistemas de Abastecimento no ano de 1973 eram servidos pelos Sistemas Cantareira, Cabuçu (100 litros/segundo), Ururuquara (15 l/s), Tanque Grande (65 l/s) e Sistemas Tubulares de Poços Profundos (20 l/s), (FRANCO, 2015).

Mesmo com todo o empenho do SAAE, em 1994 ainda existiam problemas de abastecimento por falta de adutoras e reservatórios; ocorreram protestos da população, que pedia solução para a falta d'água, amplamente noticiados nos veículos de comunicação do município e do Estado (SAAE, 2017). Com isso, em 1996 a Prefeitura solicitou à Câmara Municipal, autorização para a privatização do SAAE. A concessão foi aprovada, mas a mobilização da população e ações de políticos contrários a isso fez com que o projeto fosse arquivado (SAAE, 2007).

A partir de 2001, o SAAE apostou em diversas ações internas e externas, na modernização dos serviços e no fortalecimento de seus Recursos Humanos. Houve a inauguração de novos Centros Operacionais e foi lançado o Programa de Educação Ambiental "Guarulhos: Saneamento Ambiental e Qualidade de Vida", para conscientizar a população quanto à preservação dos recursos naturais, com ênfase nos recursos hídricos. No ano seguinte foi concluída a elaboração do Plano Diretor de Abastecimento de Água e, em 2003, a

elaboração do Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário. Naquele mesmo ano foi implantado um laboratório próprio de análises físico-químicas e microbiológicas para o controle de qualidade da água (DIAS, 2012).

O Programa de Educação Ambiental "Guarulhos: Saneamento Ambiental e Qualidade de Vida" foi instituído pelo SAAE no dia 9 de maio de 2001, com o objetivo de promover a conscientização ambiental e estimular a cidadania, com base nos recursos hídricos.

No ano de 2001, seis unidades escolares participaram do PEA, sendo duas da rede municipal, duas da rede estadual e duas particulares, envolvendo setenta professores e cerca de cinco mil alunos, que desenvolveram projetos relacionados com o local onde viviam. Em 2002, o número de escolas envolvidas aumentou para trinta unidades, sendo vinte da rede municipal, sete da rede estadual e três particulares, envolvendo duzentos professores e doze mil e seiscentos alunos, que elaboraram apresentaram vários projetos relacionados àquela proposta.

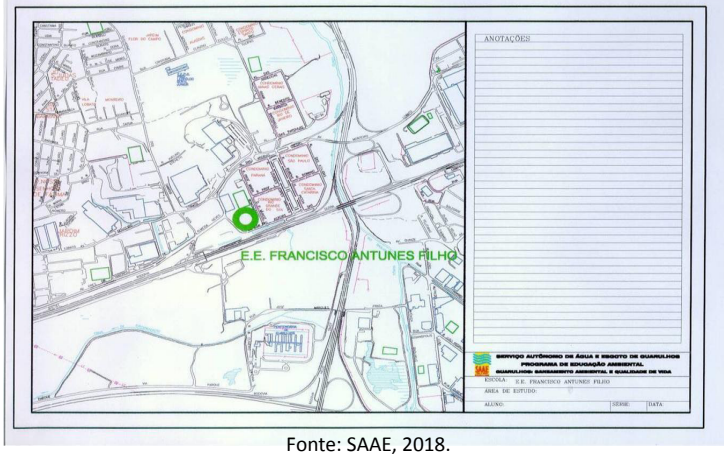
Com reconhecimento dos resultados dos dois primeiros anos, em 2003, o número de pessoas envolvidas no PEA cresceu ainda mais. Participavam agora quarenta e sete escolas, sendo trinta e seis da rede municipal, vinte da rede estadual e uma da rede particular; trezentos e cinquenta professores foram capacitados e se envolveram trinta mil alunos, o que resultou em grande quantidade de projetos para soluções socioambientais.

O PEA beneficiou cento e vinte e quatro escolas e cento e vinte e duas mil, quatrocentas e quatro pessoas que participaram e contribuíram para o fortalecimento da Educação Ambiental e da cidania da comunidade local onde foram desenvolvidas suas atividades. Durante aqueles anos, foram firmadas parcerias com a INFRAERO, FUNASA, Aterro Sanitário Quitaúna, INPE, UNG, Diretoria de Ensino Norte e Sul, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e com as Secretarias da Saúde e do Meio Ambiente.

A cada início de ano letivo, a coordenadoria do PEA elabora um planejamento de implantação para o decorrer do ano, juntamente com órgãos parceiros e com a Secretaria Municipal de Educação, Diretoria Estadual de Ensino Norte e/ou Sul, além de escolas particulares, para definir as escolas e professores que serão envolvidos e para definir os cronogramas de atividades, roteiros ambientais e palestras.

Após o planejamento, ocorre a Capacitação/Formação dos Professores que participarão do Programa, com introdução às técnicas de Sensoriamento Remoto, orientação metodológica para elaboração de Projetos e estudo do meio. São fornecidos materiais para os professores e alunos trabalharem, tais como: mapas do município de Guarulhos e do entorno da escola em estudo, para o auxilio na realização do Estudo do Meio/Mapeamento socioambiental e os kits de coleta e análise de água (FREIRE, 1996).

fig.2 - Mapa do bairro Parque Cecap destacando a escola participante do PEA.



Fonte: SAAE, 2018.

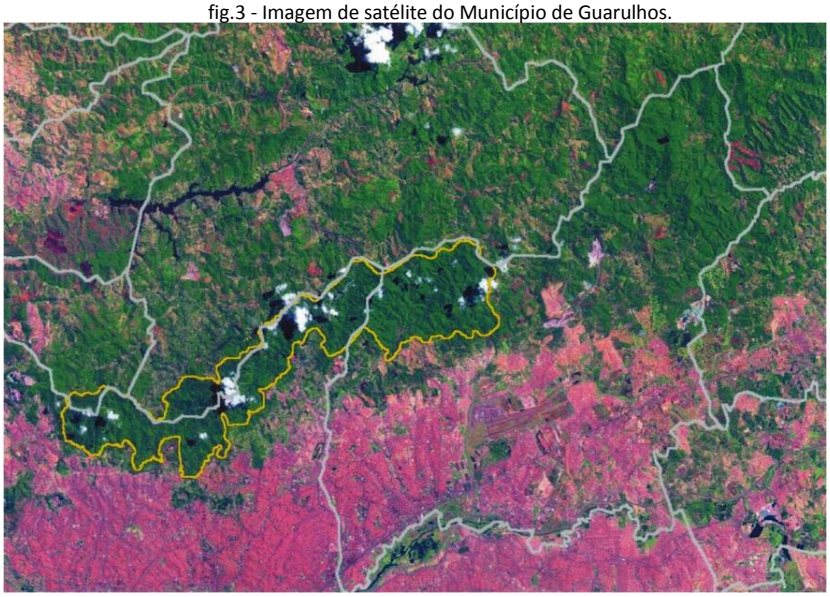
Ao fim da capacitação, os professores são estimulados a elaborar projetos a partir dos resultados obtidos em um estudo do meio elaborado pelos alunos, implicando em um diagnóstico socioambiental do bairro onde a unidade escolar está inserida, com o auxilio de mapas, coletas de amostras de água de rios, lagos ou represas para análise físico-química e microbiológica, realização de entrevistas com os moradores em que se resgatam o histórico local e as perspectivas de vida, para que junto à comunidade elaborem propostas e soluções para os possíveis problemas indicados, contribuindo dessa forma para com a melhoria da qualidade de vida da população local.

O “Estudo do Meio”, como é conhecido no meio cientifico pelos Educadores, é denominado no PEA como Mapeamento/Diagnóstico socioambiental, porque os alunos saem da unidade escolar com um mapa da região em que se encontram e começam a identificar/marcar no mapa os problemas daquele local, criam legendas, observam o bairro em que vivem com um olhar diferenciado, critico, apontando os problemas conhecidos pela comunidade e os que antes não eram percebidos, obtendo assim, um diagnóstico local.

Kramer (2008, p. 167) pontua que durante o percurso do mapeamento é realizada a coleta e análise de água do rio, lago, córrego ou represa mais próximo à escola. Os funcionários do PEA-SAAE auxiliam os alunos e professores a coletarem a água - com um kit fornecido pelo SAAE - e fornecem o resultado da análise físicoquímica e biológica, destacando a importância da preservação dos recursos hídricos e da prevenção das doenças de veiculação hídrica.

Os alunos, anteriormente são apresentados à técnica de Sensoriamento Remoto, tendo conhecimento das imagens de satélite e aéreas obtidas com este recurso tecnológico. As imagens que representam o município de Guarulhos e parte dos municípios vizinhos são fornecidas pelo INPE. Nessas imagens os professores e alunos observam que a cidade está avançando para dentro das áreas verdes do município, o que pode ser identificado pelas manchas rosadas, evidenciando o uso e ocupação desordenada do solo (SANTOS, 2012).

fig.3 - Imagem de satélite do Município de Guarulhos.



Fonte: INPE, 2017.

Para que os alunos tenham um contato direto com a natureza o PEA realizou Roteiros Ambientais com as escolas participantes, levando-as para conhecer o Núcleo Cabuçu, no Parque Estadual da Cantareira, destacado na fig. 3 pela delimitação de cor amarela. Nesta visita os alunos conhecem o histórico do Parque através de explicações baseadas nas maquetes do museu situado no Núcleo, fazem uma trilha ecológica, visitam a Represa Cabuçu, a barragem centenária e a Estação de Tratamento de Água - ETA (GUEDES, 2013).

Os alunos observam a água da represa sendo captada por bombas flutuantes, que serão levadas para a ETA. Naquela visita, todos os processos de tratamento da água bruta são explicados pelos técnicos do SAAE.

Os alunos também visitam a Estação de Tratamento de Esgotos - ETE da INFRAERO, localizada no Aeroporto Internacional de Guarulhos, na qual podem observar os processos de tratamento de esgotos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre o Programa de Educação Ambiental "Guarulhos: Saneamento Ambiental e Qualidade de Vida" apontou resultados significativos ao longo dos anos de sua existência. Resultados esses que, de uma maneira geral, indicam que os objetivos prepostos estão sendo alcançados, pois vêm promovendo a conscientização ambiental e estimulando a cidadania quanto às questões relacionadas aos recursos hídricos.

Por outro lado, constatamos também que este Programa de Educação Ambiental, sendo desenvolvido por uma Autarquia de Saneamento Básico, não se restringiu conforme consta no seu objetivo geral, a desenvolver atividades voltadas apenas para os recursos hídricos, mas buscou trabalhar também outros aspectos, tais como sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Pode-se dizer que o PEA é

audacioso, porque se preocupa com a formação/capacitação de professores de escolas públicas, para desenvolverem projetos de ação local com a escola e comunidade, visando a melhoria da qualidade de vida da população, o que como já foi apontado, vai ao encontro do formato próprio da implantação de agendas locais, afinado com as determinações da 2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - movimento que vem se consolidando no Município desde 2001, quando o Programa teve início.

O PEA utiliza uma metodologia, que pode ser considerada singular, pois lança mão de atividades como técnicas de sensoriamento remoto, cartografia, oficinas de elaboração de projetos, Mapeamento Socioambiental, atividades lúdico-pedagógicas, roteiros ambientais, dentre outras. Visa a que os alunos, professores e comunidades envolvidos, compreendam as características dos locais em que vivem, levando-os a criar um vínculo de pertencimento ao serem preparados e estimulados a propor soluções para os problemas locais, sempre com visão critica e participativa. De fato, o que o Programa objetiva é dar poder e autonomia às comunidades, sendo estas as premissas básicas da Educação Ambiental.

Em relação aos alunos, uma vez que é ainda inviável trabalhar com sua totalidade, compreendemos que os que participam do Programa poderiam multiplicar os conhecimentos na escola e na comunidade. Nesse ponto talvez o Programa possa , em suas próximas etapas, incluir em suas linhas de atividades - além da apresentação normalmente realizada ao final do ano letivo - alguma forma de multiplicação regular no âmbito da escola, de comum acordo com os educadores, através de pequenos seminários, nos quais os alunos envolvidos possam levar seus conhecimentos e descobertas para outros estudantes que não estiveram diretamente envolvidos.

Esperamos que este trabalho, sem ter tido a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise sobre os importantes e significativos resultados e sobre a metodologia do Programa, tenha contribuído, de alguma forma, com o PEA e com os responsáveis e os profissionais envolvidos com ele, ao apontar seus sucessos e algumas das suas fragilidades, na busca de indicar alguns dos caminhos para que aquela metodologia sirva como exemplo para outros Programas de Educação Ambiental, dentro e além do Município de Guarulhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURRIE, K. L. **Meio Ambiente**: Interdisciplinaridade na prática; [7ª Ed.] Campinas, SP: Papirus, 2016.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental:** princípios e práticas. [9ª Ed.] São Paulo: Gaia, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRANCO, Carlos Silva. Planejamento Ambiental. São Paulo: Duas Letras, 2015.

GUEDES, Ivan Claudio. Análise geoambiental do método de educação ambiental VERAH. **Revista Brasileira de Educação Ambiental,** Rio Grande, v. 8, n. 2, p.63-76, 2013. Semestral.

IBGE. Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População. Resultados da Amostra. IBGE, 2010.
Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_populacao.shtm>. Acesso em: 19 abril 2020.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 5, n. 118, p.189-205, 2013.

KRAMER, Saulo. Estado e sociedade no Brasil. *In*: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 5. Brasília, DF, 2013. Anais. Brasília, DF.

SAAE. SAAE Guarulhos 40 anos. Conquistas e desafios; 2017.

SANTOS, V. M. N. Escola, cidadania e novas tecnologias: o sensoriamento remoto no ensino. São Paulo: Paulinas, 2012.

ESTUDOS SOBRE O REFLEXO DA CRISE FINANCEIRA BRASILEIRA NO SETOR ALIMENTÍCIO

Milena Cecília de Sousa
Discente em Administração pela Faculdade CNEC Unaí, Faculdade CNEC Unaí, Unaí/MG, Brasil
milenacecilias98@gmail.com

Julia Magalhães e Costa
Discente em Administração pela Faculdade CNEC Unaí, Faculdade CNEC Unaí, Unaí/MG, Brasil
juliamagalhaescosta@hotmail.com

Raquel Aparecida Alves
Mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília (UnB), Docente pela Faculdade CNEC Unaí/MG, Brasil
raquelitaalves@yahoo.com.br

Rosimeire Fernandes Cruz Pereira
Mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília (UnB), Docente pela Faculdade CNEC Unaí, Faculdade CNEC Unaí, Unaí/MG, Brasil
rosimeirefc@hotmail.com

*Gevair Campos**
Mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília (UnB), Docente pela Faculdade CNEC Unaí, Faculdade CNEC Unaí, Unaí/MG, Brasil
javas1989@gmail.com

Resumo: Analisou-se através desta pesquisa de natureza qualitativa, o que uma empresa do ramo alimentício está fazendo para destacar-se em época de crise e quais as estratégias estão sendo utilizadas para não chegar à falência. Objetivou-se através de uma entrevista semiestruturada conhecer as estratégias financeiras, de marketing e de inovação utilizadas pela empresa estudada. Os principais resultados foram: a empresa não tem gastos diretos com propagandas em panfletos, TV ou rádio local da cidade, todas as suas divulgações são feitas através das redes sociais como *Whatsapp* e *Instagram*. O atendimento e qualidade são ações que a empresa não descarta, além da constante inovação tanto em relação aos variados tipos de carne, quanto ao uso de produtos artesanais como o bacon suíno e o queijo da serra da canastra, outro diferencial utilizado somente pela empresa perante os concorrentes.

Palavras-chave: *Crise; Estratégias; Empresa de alimentação.*

STUDIES ON THE REFLECTION OF THE BRAZILIAN FINANCIAL CRISES IN THE FOOD SECTOR

Abstract: Analyzed through this research of qualitative nature, what a company of the food branch is making to be highlight in crisis and what strategies are used to do not arrange. Objectived through a semi-constructed interview to know the financial, marketing and innovation strategies used by the company studied. The main results were: the company has no direct expenses with advertisements in city flags, TV or local radio, all its disclosures are made through social networks like Whatsapp and Instagram. The service and quality are actions the company does not discharge, in addition to the constant innovation in relation to the various types of meat, as to the use of artisan products as the pig bacon and the cheese sauce, another differential used only by the company behind the competitors.

Keywords: Crisis; Strategies; Supply company.

** Autor para contato.*

1. Introdução

Com o atual cenário político e de crise que o país está vivenciando, surgiu uma preocupação com o possível colapso de muitas empresas que estão há anos no mercado. Levando em consideração este cenário, surgiram algumas questões: O que as empresas, atualmente abertas no mercado, estão fazendo para se sobressaírem em épocas de crise? E quais as estratégias estão sendo utilizadas para não chegarem à falência?

Todavia, o atual contexto de crise em que o Brasil se encontra e tendo como base o percentual de crescimento da economia, mergulhou na crise nos anos de 2015 e 2016, com recessões de -3,8% e -3,6%, respectivamente. E apresentou taxa de crescimento pífio em 2017, somente 1% (IBGE/SCNT, 2018), afetando diretamente vários setores da economia, e assombrando a geração de empregos.

Mas afinal, quais os motivos desencadearam a crise? Para alguns a culpa é da economia, para outros a culpa é da própria sociedade. No entanto, observa-se a falta de credibilidade do governo por conta de inúmeros escândalos que se arrastaram no decorrer dos anos e a falta de apoio estatal aos diversos setores da economia, tornando-a cada vez pior. A crise vai muito além da economia, presencia-se também uma crise política e social.

A preocupação com a situação atual econômica do Brasil ocasiona o adiamento de investimentos dos empresários e a insegurança de empreendedores em abrir um novo negócio. Outro aspecto que vem amedrontando a sociedade é o alto nível de desemprego e a informalidade, onde em 2017, o país tinha 37,3 milhões de pessoas trabalhando sem carteira assinada, o que significa 1,7 milhão a mais do que em 2016, quando 35,6 milhões trabalhadores estavam nesta situação. Em novembro de 2017, entrou em vigor a reforma trabalhista, a mais profunda mudança já realizada na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) desde que ela foi criada, em 1943. Inversamente do que governo Temer defendeu que a nova legislação criaria empregos e reduziria a informalidade, a atual situação econômica está levando muitas empresas a optarem pela forma de contratação informal, como "estratégia" para fugir da crise. Ou seja, os trabalhadores estão sendo obrigados a trabalhar nessas condições para não se virem desempregados (UOL, 2018).

Portanto, o objetivo deste trabalho é conhecer as estratégias financeiras, de marketing e de inovação que a empresa S&A Hamburgueria, do ramo alimentício, utiliza para se manter competitiva no mercado em época de crise. Além de poder identificar se há algum planejamento financeiro e discorrer sobre ele.

Tratar sobre esse tema no atual contexto é relevante por trazer conhecimento para as empresas no sentido de se manterem no mercado, incentivando-as a criarem estratégias e não abster-se durante períodos de crise.

2. Os Reflexos da crise econômica no setor empresarial

Segundo Coelho (2016) o atual contexto ressalta uma nova queda do PIB. Com os gastos públicos elevados houve um déficit nas transações internacionais, e a indústria acaba perdendo sua ação no PIB nacional. O governo precisa reduzir gastos, elevar a economia e fazer investimentos na infraestrutura sem aumentar a carga tributária.

No entanto, há consenso de que a falta de competitividade da indústria brasileira não se deve apenas ao câmbio, mas também à falta de inovação tecnológica, baixa escolaridade, infraestrutura precária e um sistema tributário enredado. A crise atual não parece representar um ciclo de baixa, mas a necessidade de se revisar o desenvolvimento econômico do Brasil (OSAVA, 2016).

O Comércio brasileiro vive uma crise semelhante à da Indústria, responsável por menos de 10% do PIB, que contribuiu com o abandono de empregos formais, salários

médios maiores nas atividades da Agropecuária, do Comércio e dos Serviços. Em julho de 2016, a Indústria nacional produziu 17% menos que em janeiro de 2013. Houve uma queda no Comércio brasileiro de 20% entre janeiro de 2014 e julho de 2016. Sucedeu uma combinação de restrição de crédito e alta dos juros com perda de rendimentos da população, causada pela redução de empregos e de remunerações, aumentando, consequentemente, a inadimplência. Com o Real valorizado, houve uma competitividade da Indústria a favor de importação de bens para serem vendidos com preços competitivos pelo Comércio (FLIGENSPAN, 2016).

Mas é um erro primário pensar que um vive sem o outro, porque a renda mais alta, do emprego mais qualificado e formal gerado na Indústria é que alimenta as vendas do Comércio e dos Serviços (FLIGENSPAN, 2016).

Segundo Silveira e Gazzoni (2018) o Produto Interno Bruto no Brasil aumentou em 1,0% em 2017, essa foi a primeira alta depois de dois anos consecutivos de redução. Para Palis o grande impulsionador do PIB de 2017 foi o agronegócio, que avançou 13% em 2017, puxado pela safra recorde (PALIS, 2017 *apud* SILVEIRA; GAZZONI, 2018) Em tese, o crescimento seria de 0,3% (sem o agronegócio). Mas temos que lembrar que a agropecuária tem influência em todos os outros setores.

Um dos fatores que explica o fraco desempenho do setor industrial é o crescimento dos salários acima da produtividade do trabalho. A Indústria de transformação não conseguiu introduzir os aumentos de custos para os preços, que resultou na redução do nível de investimentos e de produção, encolhendo suas margens (FRANCINI; SOUZA, 2018).

Segundo Palis (2017, *apud* KAFRUNI 2018) o setor de serviços tem grande peso na economia brasileira, atualmente de 73% e a agropecuária 5,3% na formação do PIB. “A construção civil teve queda de 5%. Por isso, a taxa de investimento ficou tão baixa. Mais de 50% dos investimentos são ligados à construção” (PALIS, 2017 *apud* KAFRUNI, 2018), a indústria teria crescido e tido segmento se não fosse essa retração.

2.2. Estratégias das Empresas do Ramo Alimentício para se Manterem Competitivas no Mercado

De acordo com Branco (*apud* KAFRUNI, 2017) novas estratégias empresariais ajudam a minimizar os efeitos causados pela crise, como exemplo produtos inovadores, bens de consumo mais sofisticados e requintados destinados a consumidores que não foram afetados pela crise.

Um outro caminho é a prestação de serviços, garantindo a sobrevivência industrial, a empresa concilia manutenção e atendimento pós-venda, faturando com consertos ou levando os produtos direto ao consumidor, deixando de ser somente uma produtora de bens (KAFRUNI, 2017).

As empresas precisam aumentar o controle de seus negócios e diminuir custos, monitorando as fases do mercado, procurando tomar melhores decisões, enfatizando projetos futuros para se sobressaírem em um momento de crise até atingir um certo crescimento (REIS, 2017).

No atual contexto em, onde o desemprego não para de crescer e junto a ele a inflação continua pressionada e aumenta progressivamente, o dia a dia de todos começa a se tornar preocupante, principalmente para todos que dependem do próprio trabalho para conquistar o seu sustento de cada dia. Mesmo com o cenário econômico abalável e da grande concorrência o setor alimentício fora do lar não parou de crescer. Segundo pesquisas da FIESP (2016) o setor de alimentação apresenta um crescimento de 35% principalmente devido a aberturas de novos empreendimentos gastronômicos. Ainda de acordo com o site, dados da ABRASEL (2016), restaurantes, bares e lanchonetes representam 16% do total das empresas brasileiras, o que significa quase um milhão de estabelecimentos do segmento.

Segundo Frankenthal (2017) a prática de inovação em tempos de crise potencializa os resultados frente a concorrência, assim, em momentos de dificuldade, a empresa estará preparada para introduzir novas ideias que podem reverter a situação de baixo desempenho, por resolver e atender uma necessidade do cliente que ninguém mais atende. Inovar é um compromisso constante que deve ser favorável à novidade não só na hora de desenvolver produtos e serviços mas em todo processo, envolvendo desde funcionários até o cliente final.

Segundo Fernandes (2017) muitos são os fatores que mudaram o segmento de alimentação fora do lar devido a recessão econômica. A inflação, por exemplo, que é o aumento do preço dos produtos, é um dos fatores que mudou, o preço dos alimentos aumentou de maneira significativa, o valor do arroz em janeiro era R$13,00, já em fevereiro o mesmo produto passou a custar R$15,50. Ou seja, o aumento foi de quase 20% em apenas 1 mês.

Além da inflação outro fator que prejudicou o segmento alimentação foi o poder de compras, conforme Morais (2015) devido o poder de compras dos brasileiros estar reduzido foi necessário que criassem mecanismos para continuar adquirindo os produtos necessários. Entre as principais ações entra a pesquisa pelo menor preço e a escolha de marcas similares e mais baratas.

Não é só a inflação que interfere diretamente no seu preço de cardápio, há também a alta dos alimentos in natura e isso se deve há alguns fatores:

> - A sazonalidade do produto (frutas têm sua época de colheita), que com a variação do clima altera o resultado final de safras
> - O mercado externo, que gera uma concorrência sobre os produtos que podemos chamar de primeira linha, ou tipo exportação
> - O aumento da demanda. Há produtos, como por exemplo o morango, em que há muita procura devido a grande variedade de aplicações em receita, e isso gera maior procura pelo produto, o que pode elevar seu preço.
> - O dólar mais alto, que gera a desvalorização da moeda nacional diante do mercado externo e interno e há muitos restaurantes, empórios e supermercados que trabalham com produtos importados. Com o aumento do dólar, esses produtos tornam-se mais caros para o consumo e venda no Brasil (FERNANDES, 2017).

Uma boa saída para as empresas brasileiras é a expansão de seus negócios para o exterior, devido a alta da moeda estrangeira e grande busca por alimentos brasileiros. É um momento desafiador para empreendedores, que possui o objetivo de aumentar o faturamento e crescer com a crise. É indispensável conhecer e analisar as necessidade de mercado, selecionar o produto certo a ser exportado, estudando a concorrência e evitando problemas financeiros futuros (SANTANA, 2018).

Segundo Souto (2017) diante do atual cenário e intensa retratação do consumo no Brasil, as exportações estão sendo uma saída para boa parte da indústria nacional. Em relação a 24 ramos no setor do país que foram analisados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 16 aumentaram suas vendas para o mercado estrangeiro apenas no primeiro semestre de 2016. Já em Minas Gerais uma estratégia de cruzar fronteiras tem sido cada vez mais reforçada por empresas de vários segmentos, como de alimentação automotivo. Já o percentual de indústrias brasileiras atingiu 18,2% de acordo com estudos feitos pela Firjan.

3. *Materiais e Métodos*

Neste tópico do trabalho apresentam-se os aspectos metodológicos adotados para a consecução da pesquisa. Para o alcance do objetivo proposto – conhecer as estratégias financeiras, de marketing e de inovação que uma empresa do ramo alimentício utiliza para se manter competitiva no mercado em épocas de crise – optou-se por desenvolver uma pesquisa do tipo qualitativa na medida em que esse tipo de pesquisa trabalha com um universo de opiniões, percepções, motivos e sentimentos em geral dos participantes da pesquisa (GIL, 2010).

Este estudo se caracteriza como qualitativo uma vez que se pretendeu conhecer a complexidade da atuação das empresas em mercados competitivos em crise econômica mediante informações repassadas por pessoas que estão a frente dessas empresas. Desse modo, nesta pesquisa o participante que forneceu informações por meio de uma entrevista semiestruturada foi o proprietário da empresa já que deduziu-se que ele tinha as informações necessárias para o alcance do objetivo.

A empresa pesquisada atua no mercado unaiense a 1 ano, o seu objetivo principal é estruturar a Hamburgueria pra daqui no máximo 10 anos já conseguirem franquear a marca, sua missão é sempre ter uma boa qualidade em todos os seus produtos e atender cada vez melhor os seus clientes, sua contribuição econômica para o mercado é a contratação de funcionários e contribuir para o crescimento da agricultura familiar comprando produtos para sua Hamburgueria das feiras em nossa própria cidade.

Quanto ao roteiro de entrevista ressalta-se que foi composto por 13 questões relacionadas ao o objetivo do estudo. A entrevista foi previamente agendada e contou com um equipamento de gravação de áudio para que as informações fossem registradas integralmente e de maneira fidedigna.

Posterior a coleta de dados, o conteúdo da entrevista foi transcrito no Microsoft Word para a análise das informações que são apresentadas e discutidas a partir do referencial teórico levantado no tópico seguinte.

4. *Análise e Discussão dos Resultados*

Durante a entrevista com o proprietário da Empresa foram revelados os valores, os objetivos, a missão, a visão e a contribuição econômica do estabelecimento. Também as estratégias utilizadas, de inovação, marketing e financeiras para se manter competitiva no mercado foram reveladas durante a entrevista.

Primeiramente, foi perguntado ao entrevistado sobre o tempo de atuação da empresa no mercado e sua história. Possuía o nome de Armazém do Hambúrguer, foi a primeira hamburgueria de Unaí. O entrevistado era *freelancer* e pouco tempo depois se tornou funcionário. Segundo ele, os donos adquiriram uma loja em Paracatu, em junho de 2017 e com isso, ele se tornou gerente do estabelecimento em Unaí e da linha de produção das duas hamburguerias. Os proprietários já não estavam tão presentes e tinham muitas coisas a serem resolvidas, ele não estava conseguindo tomar conta de tudo sozinho e decidiu sair. Os donos fizeram uma proposta de vender a hamburgueria a ele, que aceitou, pois já tinha a intenção de montar uma hamburgueria futuramente. Em 18 de outubro de 2017 o entrevistado mudou o nome para S&A Hamburgueria, em maio de 2018 foi inaugurado outro espaço, com uma estrutura toda modificada, alinhada e planejada para cada equipamento.

Procurou-se saber do entrevistado o principal objetivo, missão, valores, visão e contribuição econômica para o mercado, dentre as respostas pode-se citar as seguintes falas do entrevistado: “Hoje, o meu objetivo, é estruturar a hamburgueria pra daqui no máximo 10 anos, eu já consegui franquear a marca”. Para ele o valor é questão de qualidade e atendimento, que possui um diferencial. Isso vai ao encontro das ideias de Xisto (2018) ao afirmar que a insatisfação do cliente fará com que ele não retorne ao estabelecimento, mas se a empresa faz bem a gestão de clientes, alcançando suas expectativas, obviamente eles sentirão a vontade para o consumo e até indicar a marca para outras pessoas.

O atendimento da empresa é diferenciado, fora do padrão de Unaí. A visão de contribuição, movimentação econômica no mercado local é a contratação de funcionários e movimentação na parte de agricultura familiar. Eles são fiéis ao que oferecem em relação à qualidade de carne e ao tipo de hambúrguer, segundo o entrevistado há como oferecer um hambúrguer de picanha e o cliente comer outra carne, na hamburgueria, segundo o entrevistado, vai comer exatamente o que está descrito no cardápio,

ele relata que são bem transparentes com esse tipo de coisa e que sempre prezam pela qualidade. Assim, as empresas devem manter um alto padrão de qualidade, de forma que alcance o público alvo (CAMPOS, 2009).

O entrevistado foi questionado a respeito de utilizar critérios diferenciados para a divulgação de propagandas apresentadas pela empresa, ele afirmou que até hoje nunca gastou nenhum centavo com propagandas em telão, rádio, TV local e nem com gráfica para imprimir panfletos, ele sempre utilizou da mídia digital como *Facebook, Instagram* e *Whatsapp*, pois acredita que a quantidade de pessoas que ele consegue atingir é maior e ainda sai mais em conta. Nesse sentido, as redes sociais possibilitam no alcance de resultados inimagináveis, e um fator que deve ser considerado é o custo/benefício (AVANTI, 2018).

Foi perguntado ao entrevistado se existe algum diferencial de inovação utilizado pela empresa dele e que nenhuma outra compartilhe do mesmo diferencial. Segundo ele, a sua Hamburgueria foi a pioneira em hambúrguer de picanha, hambúrguer de costela, hambúrguer de angus e hambúrguer suíno, foram eles que trouxeram esses tipos de hambúrguer para a cidade, além do pão *Low Carb* com baixo teor de carboidrato, nesse contexto, são os únicos da cidade que oferecem um sanduíche com esse tipo de pão. Com relação aos molhos artesanais ele respondeu que não são os pioneiros mas que estão à frente da concorrência em questão de qualidade. Outro diferencial é a utilização do queijo da serra da canastra e o bacon artesanal feito de pernil. Segundo ele o padrão normal da cidade é utilizar peças industrializas, mas que ele prefere produtos artesanais para obter uma melhor qualidade e um melhor sabor ao sanduíche.

As informações do entrevistado vão de encontro do que diz o autor Frankenthal (2017), ele relata que a inovação em tempos de crise aumenta os resultados esperados pela empresa, que através da inovação em momentos de dificuldade a empresa estará preparada para rever novas ideias e dar a volta por cima em situações precárias perante a crise, resolvendo e atendendo as necessidades dos clientes que nenhum concorrente em volta consegue atender. O autor diz que inovar é uma necessidade que deve ser realizada constantemente e não só em relação a produtos e serviços, mas também desde os funcionários até o cliente.

Foi questionado se a empresa fez algum corte no orçamento no cenário de crise, o entrevistado afirmou que não houve nenhum corte, que a crise nunca afetou diretamente o seu negócio, até mesmo porque a hamburgueria foi aberta em tempos de crise financeira e complementa dizendo que conseguiu aumentar muito o seu movimento mesmo com todo esse cenário econômico atual. Segundo o entrevistado, como todas as outras empresas, houve demissões, mas não necessariamente por causa da crise, mas que ela não o afetou financeiramente, pelo contrário, ele conseguiu melhorar sua renda no período de crise.

Foi indagado ao entrevistado sobre quais estratégias ele está utilizando para se sobressair em época de crise, ele afirmou que não abre mão de atendimento e qualidade, que o seu atendimento é carismático, relata que com o passar do tempo ele começa conhecer seus clientes e memorizar os seus lanches, a partir do momento que seu cliente chega na Hamburgueria ele já atende perguntando se vão querer o de sempre. Para ele é importante saber o nome dos clientes, que antes mesmo de um cliente pedir uma cerveja acontece de ele mesmo levar até a mesa e para ele isso é um diferencial muito grande, assim, “diante desse cenário mercadológico os clientes devem ser o principal foco das empresas” (CAMPOS, 2009). Dentre as respostas destaca-se a seguinte fala: “então, pra mim não e viável comprar uma carne mais barata pra colocar e diminuir custo, mas às vezes, posso diminuir custo mas cair na qualidade”. Para o entrevistado cair na qualidade não é nenhuma vantagem.

Questionou-se ao entrevistado como está sendo atuar no mercado econômico em atual cenário de crise; na percepção do entrevistado sobre a crise e sobre a sobrevivência de sua empresa no mercado,

ele respondeu que é bem relativo e usou a crise dos caminhoneiros que aconteceu em maio de 2018 como exemplo, a concorrência já estava fechando os estabelecimentos por não possuírem gás, carne etc., já ele revelou trabalhar a gestão financeira de toda a loja para ter um capital de giro suficiente de suplementos e estoque mantido, então nesses casos de crise repentina, a empresa dele continuou funcionando normalmente sem, prejuízos.

Para ele, uma empresa que não trabalha com capital suficiente, hoje em dia, vai falir, dentre as respostas para o questionamento pode-se citar: "Um dos consultores do Sebrae fala que existe dois tipos de empresa hoje, as falidas e as inovadoras". De acordo com a percepção do empresário, quem inova obtém sucesso, as empresas que ficam na mesma, automaticamente se declaram falidas.

A inovação não requer altos investimentos, mas pressupõe a transformação de boas ideias em algo concreto, que represente algum tipo de melhoria de processos, produtos e atitudes (CARDOZO, 2019).

O empresário acredita que esse atual cenário de crise financeira é passageiro, acredita que vai melhorar mas que é preciso prevenir e ficar alerta com algumas despesas. Segundo ele, existem cortes que ele pode fazer para economizar, como exemplo, colocar o óleo usado em um recipiente e vender, o óleo da empresa é reutilizável, uma coisa que seria lixo e prejudicial ao meio ambiente, degradando o esgoto da cidade, ele consegue obter rentabilidade. A pessoa compra esse óleo utilizado, leva e faz como complemento de ração para porcos, então existem modos simples de economizar e ganhar dinheiro. Ele indaga: "Por que hoje o ramo alimentício não faz reciclagem?" e usa latinhas como exemplo afirmando que no final do mês, quem mexe com comércio de bebidas em lata, tem quantidade grande e o lucro dá para pagar pelo menos a verdura de um dia, de uma semana, são pequenas atitudes que fazem total diferença.

Melhorar o uso de recursos pode ser uma forma para o negócio, tornando o produto ou serviço cada vez mais competitivo. O ideal seria economizar em determinadas áreas para ter a opção de reduzir os preços finais do que está sendo oferecido e obter mais ganhos em relação ao mercado. Pois, quanto mais se vende, em tese, se torna mais conhecido e aumenta as margens de lucro, resumindo em não possuir nenhuma consequência em um trabalho bem feito, ou seja, se pode economizar na área administrativa que não é uma área relacionada à qualidade do produto (L5.NETWORKS, 2018).

Na concepção do empresário sobre os motivos que desencadearam a crise, ele cita a má gestão e a corrupção, que vai ao encontro da opinião do autor Gabriel (2016) que afirma que a crise já não é somente política, econômica e social, ela é também de confiança.

Questionou-se o que deveria ser feito para manter uma empresa com as portas abertas nesse momento de crise, e para ele a palavra-chave é inovação. Pode ser a ideia mais simples, mas faz diferença, atitudes simples como vender o óleo utilizado não é inovação, é uma coisa simples como também refazer o receituário para vender latinhas. Um atendimento diferenciado, por exemplo, não é novidade, nem inovação mas, para ele, é uma coisa simples que faz total diferença.

O empresário é formado em Administração de Empresas, mas relata que às vezes sua formação não ajuda no operacional, e citou o exemplo da manipulação de carnes. Porém, contribui bastante com sua gestão. "Minha formação me ensinou a trabalhar minha gestão, o meu marketing, minha logística...". Segundo empresário, sem logística, ele não possuiria estoque, ele pede tudo antecipadamente, coisas simples que fazem parte da disciplina. De acordo com Reichenback e Karpinski (2010) um bom controle de estoque e um monitoramento da sua movimentação são atividades indispensáveis para a lucratividade e para competitividade da empresa, podendo extrapolar o ambiente organizacional, contribuindo , satisfação dos clientes e

desenvolvimento de serviços para suprir as expectativas de mercado.

Com relação às vendas do estabelecimento, o entrevistado relata que todo o mercado passa por dificuldades. No início do ano, por exemplo, os pais estão comprando materiais escolares para os filhos, impostos, viagens, e, consequentemente, começam a fazer cortes para economizar. Segundo ele, essas situações prejudicam o mercado como um todo. Mas, Gitman (1997) o planejamento financeiro é um dos aspectos importantes para funcionamento e sustentação de uma empresa, pois fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos. Assim, diante do exposto, as empresas devem buscar as mais variadas estratégias para atingir seus objetivos de vendas, buscando alternativas para os períodos de crise.

5. *Considerações Finais*

O presente estudo abordou o tema Crise Financeira nas empresas Brasileiras dando ênfase no setor alimentício, assim como analisar o que as empresas atualmente abertas no mercado estão fazendo para se sobressaírem em época de crise e quais as estratégias estão sendo utilizadas para não declarar falência.

A partir das informações apresentadas foi possível notar que a crise financeira deu inicio em 1929 com uma grande depressão, porem anos mais tarde tivemos a pior das crises com um maior impacto que aconteceu no ano de 2008. Os setores considerados mais afetados foram o comercio, a indústria de transformações e a construção civil.

O reflexo da atual situação financeira impactou diretamente no setor empresarial, a taxa de desemprego vem subindo frequentemente em relação ao ano de 2017 e o PIB aumentou apenas 1% em relação ao mesmo ano. Observa-se a falta de credibilidade do governo que foi se arrastando no decorrer dos anos, além da falta de apoio estatal em diversos setores da econômica, o que acabou à prejudicando cada vez mais.

Foi possível observar através do estudo que muitos foram os motivos que desencadearam a crise financeira no setor alimentício, um deles foi o aumento da inflação (em decorrer de uma má gestão e corrupção) que foi aplicada em cima de cada um dos alimentos consumidos pela população. Além da inflação outro motivo foi o poder de compras devido o poder de compras dos brasileiros estarem reduzido os empresários foram obrigados a criar mecanismos para continuar fabricando produtos alimentícios, como por exemplo, aderir a compras de marcas similares e mais baratas.

O contexto estudado permitiu o alcance do objetivo inicial da pesquisa, e nos permitiu curiosamente concluir que não há crise na empresa estudada, primeiramente porque a empresa foi aberta em meio a crise financeira e de acordo com os estudos houve um aumento significativo no movimento e na renda do empresário durante o atual período em que estamos vivendo.

Referências

AVANTI. Usando as redes sociais como arma de divulgação e vendas. 2018. Disponível em: <http://blog.penseavanti.com.br/usando-as-redes-sociais-como-arma-de-divulgacao-e-vendas/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

CAMPOS, Y. G. A importância da gestão de qualidade para a competitividade das empresas na globalização dos mercados. 2009. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-importancia-da-gestao-de-qualidade-para-a-competitividade-das-empresas-na-globalizacao-dos-mercados/30118/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

CARDOZO, P. T. Relacionamento com o cliente vai além do bom atendimento. 2019. Disponível em: <https://clubesebrae.com.br/agentes-loucos-por- inovacao/relacionamento-com-o-cliente-vai-alem-do-bom-atendimento>. Acesso em: 11 jun. 2019.

COELHO, T. Gestão empresarial em tempos de crise. 2016. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/gestao-empresarial-em-tempos-de-crise/95031/>. Acesso em: 08 maio 2019.

FERNANDES, F. A crise econômica para os negócios de alimentação. 2017. Disponível em: <https://administradores.com.br/noticias/a-crise-economica-para-os-negocios-de-alimentacao>. Acesso em: 08 maio 2019.

FRANCINI, P.; SOUZA, R. C. Artigo: produtividade, salários e a crise da indústria. 2018. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/ produtividade-salarios-e-a-crise-da-industria/>. Acesso em: 16 maio 2019.

FRANKENTHAL R. Inovação em tempos de crise. 2017. Disponível em: <https://mindminers.com/inovacao/inovacao-em-tempos-de-crise>. Acesso em: 25 maio 2019.

GABRIEL, J. A crise brasileira: tempos de desafios para a gestão das empresas. 2016. Disponível em: < https://administradores.com.br/artigos/a-crise-brasileira-tempos-de-desafios-para-a-gestao-das-empresas>. Acesso em: 25 maio 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira. 7ª ed. São Paulo: Ed. Harbra, 1997.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT. Rio de Janeiro: IBGE, 3º trimestre de 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/ contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 30 maio 2019.

KAFRUNI, S. Alta do PIB: "Setor agropecuário carregou a economia", avalia especialista. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ economia/2018/03/02/internas_economia,663301/pib-setor-agropecuario-carregou-a-economia-avalia-especialista.shtml>. Acesso em: 23 maio 2019.

KAFRUNI, S. Empresas driblam crise e comemoram resultados positivos após recessão. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ economia/2017/04/23/internas_economia,590393/empresas-driblam-crise-e-comemoram-resultados-positivos-apos-recessao.shtml>. Acesso em: 25 maio 2019.

L5.NETWORKS. O negócio: como sua empresa pode economizar em áreas administrativas? Disponível em: <http://www.l5.com.br/o-negocio-como-sua-empresa-pode-economizar-em-areas-administrativas/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

OSAVA, M. Crise no Brasil é principalmente industrial. 2016. Disponível em: <https://envolverde.cartacapital.com.br/crise-no-brasil-e-principalmente-industrial//>. Acesso em: 11 jun. 2019.

REICHENBACH, C.; KARPINSKI, C. A. Auditoria no setor de estoque: Um estudo de caso em uma empresa comercial. Rio Grande do Sul, vol 5., 2010.

REIS, T. Qual o impacto da crise do governo para empresas brasileiras? 2017. Disponível em: <https://www.erpflex.com.br/blog/impacto-da-crise>. Acesso em: 17 maio 2019.

SANTANA, L. Exportação de alimentos em tempos de crise pode ser uma boa saída para as empresas brasileiras. 2018. Disponível em: <http://www.revistamundologistica.com.br/ artigos/exportacao-de-alimentos-em-tempos-de-crise-pode-ser-uma-boa-saida-para-as-empresas-brasileiras> Acesso em: 25 maio 2019.

SILVEIRA, D.; GAZZONI, M. Desemprego fica em 12, 2% em janeiro de 2018 e atinge 12, 7 milhões de pessoas. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ economia/concursos-e-emprego/noticia/desemprego-fica-em-122-em-janeiro-de-2018.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SOUTO, I. Indústria brasileira encontra no exterior a saída para compensar crise no Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/ economia/2017/08/27/internas_ economia,895409/industria-brasileira-encontra-no-exterior-a-saida-para-compensar-crise.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2019.

UOL. IBGE: Informalidade cresce e atinge 37,3 milhões de trabalhadores em 2017.2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/ noticias/redacao/ 2018/12/05/ibge-trabalhadores-informalidade-brasil-2017.htm> Acesso em: 25 maio 2019.

XISTO, S. 5 exemplos de como inovar na gestão de clientes. 2018. Disponível em: <https://blog.huggy.io/5-exemplos-de-como-inovar-na-gestao-de-clientes/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

OS EFEITOS DAS TEORIAS ECONÔMICAS CLÁSSICAS SOBRE O EMPREENDEDORISMO

Fábio de Oliveira Bento
Graduado em Direito; Mestre em Administração de Empresas
Docente no Centro Universitário Santa Rita
fabio.prof02@gmail.com

Fernanda Schaefer Cavalcante Melo
Planejamento e Estratégia Comercial no Itaú BBA
fernandascmelo@yahoo.com.br

RESUMO

Diversos autores (DRUCKER, 1985; PORTER, 1990; MASON e BROWN, 2010; MASON, 2010) descrevem o conceito de empreendedorismo como o ato de criar novas organizações, inovador, flexivo, dinâmico, criativo e assunção de riscos. Além dessas características, alguns desses autores defendem que reconhecer e perseguir novas ideias são importantes dimensões do empreendedorismo. Quando se busca entender as teorias econômicas clássicas, Adam Smith e David Ricardo não podem ser colocados de lado. Provavelmente, nenhum outro economista contribuiu mais para o entendimento da importância do liberalismo do que Adam Smith. David Ricardo foi além, ao demonstrar que mesmo que um país não consiga gerar vantagens absolutas em algum bem ou serviço, mesmo assim, ele pode se beneficiar do comércio internacional, gerando assim a Vantagem Comparativa. O objetivo do presente artigo é buscar demonstrar se há uma correlação direta entre o nível de liberdade econômica e o grau de empreendedorismo nas nações, sob o olhar das teorias econômicas de Adam Smith (Teoria da Vantagem Absoluta) e de David Ricardo (Teoria da Vantagem Comparativa). Para o desenvolvimento desse estudo, de natureza teórica de abordagem qualitativa dedutiva, foram selecionados artigos, através de uma pesquisa bibliográfica. Apesar de identificar relação direta e forte entre liberdade econômica e desenvolvimento, o presente trabalho não conseguiu comprovar que há evidências de que a liberdade econômica tem correlação direta sobre o empreendedorismo.

***Palavras Chave**: Empreendedorismo; Teoria da Vantagem Absoluta e Teoria da Vantagem Comparativa*

ABSTRACT

Several authors (DRUCKER, 1985; PORTER, 1990; MASON and BROWN, 2010; MASON, 2010) describe the concept of entrepreneurship as the act of creating new organizations, innovative, flexible, dynamic, creative and risk-taking. In addition to these characteristics, some of these authors argue that recognizing and pursuing new ideas are important dimensions of entrepreneurship. When trying to understand classical economic theories, Adam Smith and David Ricardo cannot be put to one side. Probably no other economist has contributed more to understanding the importance of liberalism than Adam Smith. David Ricardo went further, demonstrating that even if a country cannot generate absolute advantages in some good or service, it can still benefit from international trade, thus generating Comparative Advantage. The purpose of this article is to seek to demonstrate whether there is a direct correlation between the level of economic freedom and the degree of entrepreneurship in nations, from the perspective of the economic theories of Adam Smith (Theory of Absolute Advantage) and David Ricardo (Theory of Advantage Comparative). For the development of this study, theoretical in nature with a deductive qualitative approach, articles were selected through a bibliographical research. Despite identifying a direct and strong relationship between economic freedom and development, this study failed to prove that there is evidence that economic freedom has a direct correlation with entrepreneurship.

***Key Words**: entrepreneurship, Absolute Advantage Theory e Comparative Advantage Theory*

1. INTRODUÇÃO

Diversos autores (DRUCKER, 1985; PORTER, 1990; MASON e BROWN, 2010; MASON, 2010) descrevem o conceito de empreendedorismo como o ato de criar novas organizações, através de inovação, flexibilidade, dinamismo, criatividade e assunção de riscos. Além dessas características, outra definição de empreendedorismo que pode ser utilizada é com relação ao reconhecimento de novas ideias, sendo "o processo de criar algo diferente, que tenha capacidade de criar valor quando se dedica tempo e esforço", assumindo "acompanhamento financeiro e psicológico, com o objetivo de receber recompensa monetária e satisfação pessoal" (BARRINGER e IRELAND, 2005).

Para Dornelas (2008), empreendedorismo está ligado à busca de oportunidades pela antecipação de fatos e implementação de ideias diferentes, a fim de assumir riscos calculados, visando a auto realização. Por outro lado, a visão de Fillion (1998) se demonstra um pouco diferente. Para esse autor há dois tipos de visão ou abordagem. A primeira, por ele defendida, é a dos economistas, que associam o empreendedor como a pessoa que traz inovação para os negócios ou para a sociedade, enquanto os comportamentalistas estão mais preocupados com as questões intuitivas e criativas do empreendedor.

No primeiro grupo, os autores Richard Cantillon, Jean-Baptiste Say e Schumpeter, não estavam interessados somente na economia, mas também, em empresas e criações de novos negócios e, consequentemente, na geração de riqueza para os empreendedores. Entretanto, cabe salientar que Schumpeter não só foi o primeiro autor a associar empreendedorismo e inovação, como foi além, ele também mostrou em suas obras a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico (FILION, 1998).

Para Fillion (1998), foi David C. McClelland que realmente trouxe mais contribuições das ciências comportamentais ao empreendedorismo. A visão de McClelland diferia dos demais autores, que viam os empreendedores como heróis, pois superavam obstáculos e chegavam ao limite do impossível. Sua visão era mais simples, ao definir o empreendedor como "alguém que exerce o controle sobre uma produção que não seja só para o seu consumo pessoal".

Durante o início da Revolução Industrial inglesa, era esperado que os empreendedores se ajustassem às novas demandas geradas pelo rápido desenvolvimento industrial. Segundo Say (1964, publicado inicialmente em 1803), os empreendedores passaram a coordenar uma variedade de atividades que estavam nascendo nas áreas de finanças, produção e distribuição de produtos, onde o empreendedor era o principal gestor desses novos empreendimentos (HAMILTON e HARPER, 1994).

Segundo os mesmos autores, os empreendedores possuem habilidade de tomar decisões que gerem equilíbrio no mercado ao fornecer bens e serviços em um ambiente com riscos inerentes, e a mesmo tempo, considerarem o princípio da divisão do trabalho criado por Adam Smith, através da geração de empregos.

Nesse sentido, Schumpeter (1934) lembra que o empreendedor opera nas sombras de um mundo de informações imperfeitas, desconhecimento, desequilíbrio, irracionalidade e ignorância, agindo como agente funcional totalmente fora do escopo das análises econômicas ortodoxas modernas, pois os problemas dos empreendedores são irrelevantes e inadmissíveis em um ambiente econômico moderno, buscando trazer equilíbrio e lucro nesse ambiente conturbado. Portanto, na visão desse autor, o empreendedor está lutando uma batalha que não pode ser ganha.

Quando busca-se entender as teorias econômicas clássicas, Adam Smith e David Ricardo não podem ser colocados de lado. Provavelmente, nenhum outro economista contribuiu mais para o entendimento da importância do liberalismo – especialização e livre comércio – do que Adam Smith. Desde

1776, quando publicou o seu mais importante livro "A Riqueza das Nações", muitas das novas teorias econômicas basearam-se nesses dois conceitos, colocando Adam Smith como o "Avô dos Economistas" (CHO e MOON, 2002).

Segundo Cho e Moon (2002), uma das maiores contribuições da Teoria da Vantagem Absoluta de Adam Smith, foi gerar um contraste em relação à Teoria Mercantilista, que defendia que o comércio internacional era um jogo de soma zero, ou seja, que para um país ganhar, outro teria que perder. Adam Smith demonstrou em sua teoria que via o comércio internacional como um jogo de soma positiva, em que todos os participantes poderiam se beneficiar ao se especializar na produção de bens e serviços, garantindo-lhes as vantagens absolutas.

Kucukaksoy (2011) vai no mesmo sentido que Cho e Moon (2002), ao salientar que o livro de Adam Smith, que começou a ser escrito no final do mercantilismo – doutrina política e econômica válida naquela época – e introduziu o novo termo "Liberalismo Clássico", passou a criticar o mercantilismo e introduziu novos conceitos que passaram a ser utilizados na explicação da economia, sendo utilizados até os dias atuais.

Kucukaksoy (2011) lembra que "A Riqueza das Nações" sofreu forte influência dos acontecimentos que ocorreram em sua época, tal como a invenção da máquina a vapor em 1769. Nesse momento, os termos "cooperação" e "especialização" passaram a ser entendidos por Smith como "Economia de Escala", de modo a ser a base teórica da escola econômica por ele criada.

Segundo Adam Smith, quando uma economia se fecha para investimentos estrangeiros, gerando proteções e monopólios para os produtores nacionais, há uma limitação da livre iniciativa como efeito principal, além de forçar seus cidadãos a pagarem mais caro por produtos de pior qualidade. No sentido contrário, quando uma economia está aberta, tanto a investimentos quanto a competição com produtos estrangeiros, os empreendedores locais se tornam mais competitivos em relação aos produtos de seu país, gerando maior poder de compra e melhoria do bem-estar social (KUCUKAKSOY, 2011).

Essa situação é relatada em seu livro "A Riqueza das Nações" como a "Teoria das Vantagens Absolutas" na literatura econômica internacional, mas ela não está restrita apenas a questões entre empresas, mas também explica as relações e comportamentos de um país com o mundo. Smith demonstra que o principal efeito do comércio exterior para economias abertas é a ampliação do mercado interno, aumento do PIB e melhoria do bem-estar (KUCUKAKSOY, 2011).

Outro ponto salientado por Smith é que em economias mais abertas, além de gerar aumento da cooperação e da produção, ocorre o surgimento de novas profissões, negócios mais independentes, maior nível de desenvolvimento, aumento de escalas de produção e melhorias da qualidade de trabalho. Na visão de Smith, tais fatos são gerados por três fatores: i) aumento das habilidades dos trabalhadores devido à especialização; ii) eficiência dos processos operacionais e iii) maior automação na produção de bens. A aplicação desses fatores tem como efeito final a maior geração de conhecimento e produtividade, possibilitando uma distribuição de riqueza mais igualitária entre as camadas da sociedade (KUCUKAKSOY, 2011).

Esse fenômeno é definido por Smith como cooperação. Entende-se dessa forma que a necessidade de produzir uma grande quantidade de bens fez com que a cooperação entre nações seja obrigatória e, como resultado final tem-se o aumento da produção, a maior geração de empregos, uma equânime distribuição de riqueza e, finalmente, uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores (KUCUKAKSOY, 2011).

Adam Smith, além de economista, demonstrou ser um filósofo moral, ao criticar o mercantilismo por afirmar que a riqueza mundial é estável e defender o livre comércio internacional, o liberalismo econômico e, principalmente, o mecanismo da "mão invisível". Como ponto de partida da Teoria da Vantagem Absoluta (KUCUKAKSOY, 2011), os indivíduos que se comportam de forma

racional, fornecendo a produção de bens mais úteis para a sociedade, geram uma redução dos preços desses bens. Consequentemente, mais pessoas passam a ter acesso a eles, o que melhora a economia interna do país e dos demais que com ele comercializar, fornecendo aumento da qualidade de vida e da riqueza global.

Como defensora dos ideais de Adam Smith, McCloskey (2019) aborda o liberalismo como uma proxy para o crescimento econômico. No entanto, a autora acredita que o acúmulo de capital como forma de enriquecimento, defendido por Smith, não se faz consistente, uma vez que uma melhor distribuição de renda não é proeminente de ações estatais, como a imposição de impostos abusivos, e sim do poder dos cidadãos de mudar a economia a partir de inovação e empreendedorismo.

Ainda, para ela, o liberalismo está relacionado ao direito de concordar ou não com as políticas sociais implementadas, bem como ao direito de expressar livremente as opiniões políticas individuais dos cidadãos. Dessa forma, é criado um ambiente que incentiva a criatividade e a inovação através da transferência de valor entre os indivíduos, tendo como consequência o enriquecimento dos mesmos.

David Ricardo foi além, demonstrando que mesmo que um país não consiga gerar vantagens absolutas em algum bem ou serviço, mesmo assim, ele pode se beneficiar do comércio internacional, gerando assim a Vantagem Comparativa (CHO e MOON, 2002). Na visão de Ricardo, havia um problema na Teoria da Vantagem Absoluta: e se um país tiver a vantagem absoluta em ambos os produtos? Para o autor, o país superior poderia se especializar onde ele tem a maior vantagem absoluta e o país inferior onde tem menos desvantagem absoluta. Essa regra consiste em conhecer a Teoria da Vantagem Comparativa, na qual uma de suas implicações é que, mesmo que um país não tenha vantagem absoluta em nenhum bem, ele pode se beneficiar do comércio internacional (CHO e MOON, 2002).

Segundo Cho e Moon (2002), Ricardo usa a ilustração do comércio entre Inglaterra e Portugal. Se Portugal pudesse produzir roupas com o trabalho de 90 homens e vinho com o trabalho de 80 homens e a Inglaterra pudesse produzir as mesmas quantidades de roupas com 100 homens e vinho com 120 homens, seria mais vantajoso para ambas as nações se trocar tecido inglês por vinho português. Cada uma das nações se beneficiaria daquilo que produz com menos esforço, pois Portugal tem uma vantagem de custos relativamente menor na produção de vinhos do que de roupas, e a Inglaterra o contrário.

O modelo do comércio internacional de David Ricardo se mostrou uma ferramenta útil para explicar as razões pelas quais as trocas globais acontecem e como conseguem aumentar o bem-estar dos parceiros comerciais. Inicialmente, o modelo Ricardiano prevê um grau extremo de especialização em relação a muitos produtos e, em segundo lugar, ele explica as trocas baseadas nas diferenças dos níveis de produtividade entre os países (CHO e MOON, 2002).

Por outro lado, Frieden (2008) evidencia as negativas consequências da imposição de tarifas protecionistas por parte do Estado para o livre-comércio, violando a teoria da Vantagem Comparativa Ricardiana. Primeiro, há um repasse do aumento nos preços dos produtos importados para os consumidores, os quais acabam optando pela compra nacional, forçando os países a se concentrarem, muitas vezes, em atividades fora de suas especializações. Segundo, as tarifas influenciam os produtos indistintamente, sem levar em consideração aqueles com a maior eficiência de produção doméstica, o que gera uma alocação ineficiente de recursos.

Assim, para o autor, quanto maior a diferença entre os preços praticados internamente e os preços internacionais, mais distante o país se encontra de sua vantagem comparativa. À guisa de exemplo, o protecionismo da política de Juscelino Kubitschek impulsionou a indústria automobilística brasileira a curto prazo, mas gerou um gap de competitividade quanto às

tecnologias e inovações desenvolvidas por empresas estrangeiras.

Recentemente, Carayannis, Acikdilli e Ziemnowicz (2017) puderam corroborar o modelo de David Ricardo, ao demonstrarem que as nações que promovem o comércio internacional sem barreiras comerciais, sob a condução de processos de globalização iniciados na década de 1950, passam a experimentar altas taxas de crescimento econômico, expansão tecnológica, desenvolvimento de serviços que suportam atividades comerciais e industriais, bem como aumento da demanda interna.

Segundo os mesmos autores, é creditado a Schumpeter (1954) – criador do termo "destruição criativa" – o início dos estudos da teoria do crescimento econômico moderno, que se baseia no subproduto do processo de desenvolvimento e inovação, o qual passou a ser a característica da economia global contemporânea, onde o crescimento está ligado ao conhecimento e avanço tecnológico (CARAYANNIS, ACIKDILLI e ZIEMNOWICZ, 2017).

Para Schumpeter (1954), aqueles que "se recusaram a aceitar o livre comércio eram tolos ou trapaceiros, ou ambos". De acordo com seus estudos, somente a Inglaterra colocou o livre comércio na prática, pois as potências econômicas dominantes da época, como Alemanha e França, onde o livre comércio foi imposto pelos seus burocratas, haviam pouco apoio popular e, nos Estados Unidos, o livre comércio só era popular em meio a poucos economistas.

Dessa forma, segundo Carayannis, Acikdilli e Ziemnowicz (2017), um maior comércio internacional tem gerado rápido crescimento para novos países industrializados, além de crescimento das exportações e da renda dos trabalhadores. Apesar das teorias econômicas indicarem que o comércio no livre mercado aumenta a qualidade de vida e o bem-estar da população de uma forma geral, o debate que vem ganhando mais importância é sobre a distribuição de renda.

Alguns estudos recentes sugerem que o aumento das importações gera efeitos negativos no curto prazo, mas quando universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento, indústrias e instituições governamentais interagem buscando inovações baseadas em conhecimento, esses efeitos são minimizados, ou até mesmo, se transformam em "destruição criativa". A inovação proposta por Schumpeter visa criar novos padrões que terão como resultados trabalhadores capazes de operar em diferentes negócios das grandes empresas dominantes, aumentando a diversidade da economia local. (CARAYANNIS, ACIKDILLI e ZIEMNOWICZ, 2017).

Schumpeter em seu livro de 1934 – The Theory of Economic Development – argumentou que a principal função de um empreendedor é a de criar novas combinações dos recursos já disponíveis que permitam "novos usos" ou que os efeitos decorrentes das inovações fossem usados em novos produtos e serviços. Schumpeter (1934) identificou cinco tipos de inovações: a introdução de um novo bem ou nova qualidade de um bem já existente; a introdução de um novo método de produção ou uma nova forma de comercializar um bem; a abertura de novos mercados para produtos novos ou antigos; garantir uma nova fonte de matéria-prima ou produto semiacabado e a reorganização de uma indústria. Tais inovações tendem a gerar um diferencial competitivo para esse empreendedor e sua organização.

Estudos como este justifica-se ao contribuir significativamente para a ampliação dos conhecimentos em empreendedorismo, em âmbito acadêmico, à luz das Teorias Econômicas clássicas, uma vez que há escassez de estudos nacionais sobre o tema.

O objetivo do presente artigo é demonstrar se **há uma correlação direta entre o nível de liberdade econômica e o grau de empreendedorismo nas nações**, sob o olhar das teorias econômicas de Adam Smith (Teoria da Vantagem Absoluta) e de David Ricardo (Teoria da Vantagem Comparativa).

Para o desenvolvimento desse estudo, de natureza teórica de abordagem qualitativa dedutiva, foram selecionados artigos, através de uma pesquisa bibliográfica documental, na base do Scielo e do Google Acadêmico, com uso das palavras chaves: *Entrepreneurship*, *Absolute Advantage Theory* e *Comparative Advantage Theory*, entre os anos de 2015 e 2019. Utilizou-se também, a versão 2019 dos relatórios anuais do *Global Entrepreneurship Monitor* (Monitoramento de empreendedorismo global) e o *Index of Economic Freedom* (Índice de Liberdade Econômica) da *Heritage Foundation*, que mede 12 categorias, entre elas o nível de liberdade econômica das nações. Além disso, foram utilizados artigos acadêmicos e livros anteriores ao recorte temporal inicial devido à ampla relevância e contribuições dos mesmos.

Na sequência desta introdução, a seção 2 apresenta a argumentação teórica que baseou o presente estudo, na seção 3 são esclarecidos e discutidos os resultados e, por fim, na seção 4 são feitas as considerações finais.

2. ARGUMENTAÇÃO TEÓRCA

Adam Smith acreditava na operação da lei natural – a "mão invisível" –, no individualismo e no livre comércio e, dessa forma, se fosse permitido a cada indivíduo buscar seu próprio bem-estar, a longo prazo, ele contribuiria para o bem comum. Daí decorre a sua famosa frase: "Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses" (CHO e MOON, 2002).

De acordo com Cho e Moon (2002), Adam Smith estendeu suas ideias que a divisão do trabalho, a especialização, a cooperação e as trocas seriam responsáveis pelo progresso econômico global, possibilitando atingir as conquistas futuras. Portanto, o comércio global era um jogo positivo para Smith, de forma que, quanto mais liberal fosse uma economia, mais ela se beneficiaria do comércio internacional.

Em crítica ao mercantilismo, Adam Smith mostrou como todas as formas de intervenção governamental são prejudiciais, além de gerarem monopólios, restringirem importações, subsidiando exportações, regulando salários e dificultando o crescimento das atividades econômicas. Dessa forma, Smith demonstrou como cada nação poderia ir mais longe economicamente ao se concentrar no que poderia ser melhor, e não em ser autossuficiente (CHO e MOON, 2002).

A competição, segundo Smith, assegura que cada pessoa ou nação faça aquilo em que são melhores, garantindo-lhes a recompensa de seus produtos e serviços, além da máxima contribuição do bem comum. Assim, os governos poderiam ser mais enxutos, para que que consigam focar em suas mais importantes políticas econômicas, eliminando os monopólios e preservando a competição (CHO e MOON, 2002).

No mesmo sentido, Kucukaksoy (2011) lembra que Smith explicou sua oposição à visão mercantilista, dando origem ao liberalismo clássico, que se baseia na doutrina liberal e defende que o livre comércio irá fornecer ativos que devam ser utilizados com eficiência, gerando melhoria no bem-estar da população. O comportamento egoísta dos indivíduos não gera prejuízos para a sociedade, pelo contrário, quando o mesmo alcança seus interesses, ele eleva a qualidade de vida da população. Dessa forma, há um aumento na produção de bens e serviços em uma escala muito superior que qualquer legislador ou político poderia fazer.

Para Adam Smith, quando um homem de negócios – empreendedor – atinge seus interesses individuais ao produzir com um alto valor agregado, fornecendo produtos desejados pelos consumidores, ele está suprindo todas as necessidades da sociedade e do país. O capital se adequa às suas áreas de interesse, melhorando a qualidade de vida, que segundo Smith, nenhum legislador conseguiria alcançar com suas leis. Desde que esse estado de comportamento individual possa ser alcançado com liberdade, o mesmo causará benefícios sociais, formando uma nova atividade econômica chamada por ele de "mão invisível" (KUCUKAKSOY, 2011).

Na visão de Cho e Moon (2002) pode-se dizer que é mais do que coincidência que tanto a "Declaração de Independência" quanto a "A Riqueza das Nações" vieram ao mundo em 1776. Enquanto a primeira era uma declaração de liberdade política, a outra foi uma declaração de liberdade comercial, sendo o efeito da segunda mais revolucionário, pois as ideias de Smith a respeito do comércio deram um lugar significativo na história ao homem de negócios, justificando sua busca pelo lucro e lhe concedendo uma respeitabilidade social.

Segundo Ajagbe et al. (2015) *apud* Barringer e Ireland (2005), os negócios geridos pelos empreendedores são os maiores motivadores das economias globais e o sucesso de suas organizações está relacionado às diferentes regulamentações econômicas entre os países. Fato que, segundo Cho e Moon (2002), pode ser corroborado pela Teoria da Vantagem Absoluta de Adam Smith, o qual defendia que o comércio internacional era como um jogo onde todos os participantes – dos produtores aos consumidores – poderiam se beneficiar. O autor ainda acrescenta que, apesar dos pequenos e médios negócios serem importantes para todas as economias – pequenas, médias e grandes –, na maioria das vezes eles não recebem suporte por parte do governo, que gera problemas como baixa produtividade e, consequentemente, baixa lucratividade (AJAGBE et al., 2015).

De acordo com Ajagbe et al. (2015), as organizações não devem evitar as transações com outros países, já que passam a entender as restrições dos mercados, regulações e barreiras comerciais que são aplicadas aos novos entrantes. O autor descreve ainda que um dos grandes obstáculos a serem enfrentados pelos novos empreendimentos é o poder dos competidores já estabelecidos, pois eles podem aumentar ou reduzir preços alterando os níveis de competição.

As três maiores barreiras de entrada em novos mercados podem ser descritos como: i) vantagem de custo absoluto estabelecido pelas organizações já existentes naquele mercado, tal como o controle das técnicas de produção através de patentes, as quais são imperfeições de mercado que permitem baixos preços de compra, ii) situações favoráveis à diferenciação de produtos por meio de preferências de marca e reputação de uma empresa e iii) economia de escala imposta pelas barreiras de mercado aos novos entrantes em um oligopólio (MASON e BROWN, 2010).

Na visão de David Ricardo, a forma de evitar esses obstáculos é a troca de bens e serviços entre nações, que além do aumento de lucratividade, os ganhos que cada país obtém são imediatamente identificados: a diminuição dos custos de produção. Dessa forma, Ricardo comprova que a vantagem de cada país obtida através do livre comércio – liberalismo – possibilita uma melhor alocação e acumulação de capitais, além de aumentar a quantidade de bens disponíveis e gerar mais empregos. Assim, não somente os países participantes se beneficiam dessa troca comercial, mas também todos os outros pertencentes à cadeia de suprimentos de matérias primas e serviços, mesmo que de forma desigual (KURZ e SALVADORI, 2015).

Segundo Ricardo, o comércio internacional não consegue influenciar diretamente a taxa de lucro das empresas e a redução dos preços dos produtos finais, mas sim de forma indireta, pois ao importar matérias primas mais baratas, os preços dos produtos reduzem automaticamente e, por consequência, há um aumento no consumo e nas taxas de lucro. Esse ponto de vista de David Ricardo foi chamado de "A Regra do Século XVIII" para o comércio internacional, ao demonstrar que não é a redução de custo de produção que diminui o preço de um produto, mas sim a importação e a exportação de *commodities* e produtos industrializados entre nações (KURZ e SALVADORI, 2015).

Em sua obra "*Economic Policy: Thoughts for Today and Tomorrow*", Mises (1979) defende a liberdade econômica e o liberalismo. Na visão do autor, nesse mesmo período citado por Ricardo, a Inglaterra possuía uma população em torno de sete milhões de habitantes, dos quais aproximadamente dois milhões eram indigentes. Foi desse pequeno grupo de desesperados, lembra Mises, que surgiram pessoas que procuravam estabelecer pequenos "negócios", com a intenção de

produzir alguns bens, sendo esses, em última instância, os primeiros inovadores.

Enquanto as indústrias que surgiam no século XVIII procuravam produzir bens visando atender as demandas das classes mais privilegiadas, esses inovadores não produziam artigos caros, mas sim, produtos acessíveis que supria as necessidades de boa parte da população daquela época. Para Mises (1979), esse foi o início do capitalismo e da produção em massa que conhecemos hoje e, por analogia, do empreendedorismo.

No liberalismo, tal como no capitalismo, cada homem tem o direito de produzir bens mais baratos e servir melhor o seu cliente, tal como a célebre frase de Adam Smith, anteriormente citada. Esse princípio gerou uma transformação que possibilitou uma melhoria da qualidade de vida e, por consequente, um crescimento sem precedentes da população mundial (MISES, 1979).

Como dito anteriormente, na Inglaterra do século XVIII, a economia local mal conseguia dar sustento para uma população de sete milhões de habitantes. Atualmente, há mais de cinquenta milhões de cidadãos ingleses que desfrutam de um padrão de vida superior ao dos ricos daquela época. Essa melhoria na qualidade de vida das pessoas é, inegavelmente, um mérito do capitalismo liberal (MISES, 1979). Para Mises, as críticas feitas à esta ideologia são infundadas, sendo a mais incoerente delas, em sua visão, a que dizia que as novas indústrias empregavam e exploravam mulheres e crianças que viviam em condições insatisfatórias de vida. As mães trabalhadoras não tinham o que cozinhar em suas casas e as crianças passavam fome.

Na mesma linha de pensamento, Mises (1979) lembra que esse argumento pode ser facilmente refutado por uma única estatística: no período de expansão do capitalismo na Inglaterra, entre 1760 e 1830, conhecido como Revolução Industrial, a população inglesa dobrou de tamanho, demonstrando que milhares de crianças sobreviveram e cresceram, se tornando os novos trabalhadores e empreendedores. Para o autor, quem é responsável pelo sistema econômico não são os empresários, mas sim os consumidores, pois se deixam de preferir um determinado produto ou ramo de atividade, cabe aos empreendedores desse segmento ajustar seus produtos e serviços às necessidades desses consumidores. Além do mais, o autor vai mais longe ao afirmar que o liberalismo econômico difundiu e sustentou as ideias de liberdade de expressão, de pensamento, de imprensa, de culto, entre outras.

Para concluir, Mises (1979) diz que o comércio capitalista melhorou a qualidade de vida dos trabalhadores daquela época. Foram as primeiras fábricas que começaram a suprir as necessidades dessa nova classe trabalhadora, através da exportação de manufaturados e da importação de alimentos e matérias primas, possibilitando um maior equilíbrio da qualidade de vida entre as classes mais altas e mais baixas. Ambas possuíam alimentos, roupas e outros bens que no século XVIII só estavam disponíveis às classes mais abastadas, no entanto, o que diferenciava o homem da classe média e da classe baixa era o fato de que o primeiro tinha sapatos e o segundo não.

Segundo Rasmussen (2016), pode-se verificar as afirmações de Mises voltando aos pensamentos de Adam Smith. O “Pai do Capitalismo” afirmava que um certo grau de desigualdade econômica tem como resultado uma florescente sociedade comercial, pois serve como meio de incentivar a inovação, a produtividade e, em última instância, a estabilidade econômica. Em “A Riqueza das Nações”, Smith deixa esse ponto de vista muito claro, ao afirmar que a verdadeira riqueza de uma nação, não pode ser medida pelo tamanho do tesouro do rei, mas sim pela quantidade de trabalhadores pobres. Para ele, é uma simples questão de capital, pois para vestir, alimentar e abrigar uma grande parte da população, você deve ter uma parcela que necessite ser alimentada, vestida e precise de abrigo, sendo o trabalho, a única forma de combater a desigualdade (RASMUSSEN, 2016).

De acordo com Wells (2014), Smith analisou que a riqueza de uma nação deve ser observada pela quantidade de bens e serviços que estão disponíveis para seus cidadãos, bem como a distribuição entre eles, e não apenas

pela riqueza total. Como exemplo, Smith cita em sua obra que um camponês europeu no século XVIII estava materialmente melhor que um rei africano. No entanto, cabe salientar que ele não atribuiu esse fato a qualquer superioridade inata europeia, mas sim às mudanças provocadas nas políticas econômicas após o liberalismo.

Estudos recentes comprovam que o aumento da riqueza em algumas nações deve-se à crescente liberdade econômica em seus mercados, o que possibilitou e recompensou a introdução de inovações técnicas e uma organização do trabalho mais eficiente, aumentando drasticamente a produtividade e, consequentemente, a redução dos preços de bens e serviços (WELLS, 2014).

Segundo Boucoyannis (2013), Smith argumentava que o sistema de liberdade devia ser implementado em sua totalidade, evitando que a desigualdade atingisse níveis elevados, pois os trabalhadores buscariam melhores salários e os empreendedores forneceriam produtos cada vez mais baratos e de melhor qualidade. Tal afirmação é comprovada pelo simples fato do crescimento da desigualdade ser em decorrência do aumento do desemprego.

A fim de analisar se há correlação entre liberdade econômica e grau de empreendedorismo, com base nas teorias econômicas apresentadas – Teoria da Vantagem Absoluta de Adam Smith e a Teoria da Vantagem Comparativa de David Ricardo – buscou-se cruzar e comparar os indicadores gerados pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (Monitoramento de empreendedorismo global – GEM) com os da *Heritage Foundation*.

Dessa forma, avaliou-se os 50 primeiros colocados em cada uma das avaliações, sendo que o uso desses dois indicadores se deu pelo fato de serem abrangentes em suas análises no que se refere a quantidade de indicadores – 12 em ambos os casos –, que possibilitam eliminar possível viés, e pela maior facilidade de acesso às informações, pois são gratuitas e disponíveis na internet.

Para avaliar o grau de empreendedorismo nas nações, utilizou-se o Relatório Global de 2019 do GEM (*Global Entrepreneurship Monitor* ou Monitoramento de empreendedorismo global), que é considerado o maior estudo sobre a atividade empreendedora no mundo, reunindo dados de mais de 300 instituições acadêmicas e de pesquisa distribuídas em mais de 100 países. As informações geradas permitem avaliar o dinamismo e as atividades administrativas e organizacionais, que fomentam a elaboração de ideias e oportunidades de novos negócios em âmbito global.

Para que haja melhor compreensão sobre o termo empreendedorismo, adotou-se a definição do GEM, conforme segue:

> "Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. Em qualquer das situações a iniciativa pode ser de um indivíduo, grupos de indivíduos ou empresas já estabelecidas" (GEM, 2019; p. 57).

O Quadro 1 abaixo, apresenta o Índice de Empreendedorismo Nacional desenvolvido pelo GEM (2019) de 50 dos 54 países analisados. Esse índice avalia o ambiente empreendedor em uma determinada economia, levando em consideração 12 indicadores – finanças empresariais, apoio e relevância das políticas governamentais, burocracia e taxas governamentais, programas de empreendedorismo, educação empreendedora no estágio escolar, educação empreendedora no estágio pós-escolar, transferência de Pesquisa e Desenvolvimento, Infraestrutura comercial e profissional, estrutura física, dinamismo do mercado interno, confiança no mercado interno e regulamentações, e, finalmente, normas culturais e sociais – sendo que para cada um deles são atribuídos pesos relacionados à importância dada por especialistas. A somatória desses pesos gera o NECI *Score* que tem por finalidade ranquear as nações avaliadas. O resultado, apresentado na tabela abaixo, representa a força do ambiente empreendedor em cada nação.

National Entrepreneurship Context Index (NECI) rankings

REGIÃO	PAÍS	NECI Rank	NECI Score
Oriente Médio e África	Catar	1	6.7
Oriente e Sul da Ásia	Indonésia	2	6.6
Europa e América do Norte	Holanda	3	6.5
Oriente e Sul da Ásia	Taiwan	4	6.3
Oriente e Sul da Ásia	Índia	5	6.2
Europa e América do Norte	Estados Unidos	6	6.0
Oriente Médio e África	Emirados Árabes Unidos	7	5.9
Europa e América do Norte	Luxemburgo	8	5.7
Europa e América do Norte	Suíça	9	5.7
Europa e América do Norte	França	10	5.6
Oriente e Sul da Ásia	China	11	5.6
Europa e América do Norte	Canadá	12	5.5
Europa e América do Norte	Áustria	13	5.5
Oriente e Sul da Ásia	Coréia do Sul	14	5.5
Oriente e Sul da Ásia	Tailândia	15	5.5
Europa e América do Norte	Espanha	16	5.4
Europa e América do Norte	Irlanda	17	5.4
Europa e América do Norte	Suécia	18	5.4
Europa e América do Norte	Alemanha	19	5.4
Oriente e Sul da Ásia	Japão	20	5.3
América Latina e Caribe	Argentina	21	5.2
Europa e América do Norte	Lituânia	22	5.2
América Latina e Caribe	México	23	5.2
Europa e América do Norte	Polônia	24	5.2
Europa e América do Norte	Eslovênia	25	5.2
América Latina e Caribe	Chile	26	5.1
Europa e América do Norte	Chipre	27	5.1
Oriente Médio e África	Israel	28	5.1
Europa e América do Norte	Turquia	29	5.1
Europa e América do Norte	Reino Unido	30	4.9
Europa e América do Norte	Cazaquistão	31	4.9
América Latina e Caribe	Colômbia	32	4.8
América Latina e Caribe	Uruguai	33	4.7
Oriente Médio e África	Egito	34	4.7
Oriente Médio e África	Líbano	35	4.7
Europa e América do Norte	Bulgária	36	4.7
Europa e América do Norte	Rússia	37	4.6
América Latina e Caribe	República Dominicana	38	4.6
América Latina e Caribe	Peru	39	4.5
Europa e América do Norte	Itália	40	4.5
Oriente Médio e África	Arábia Saudita	41	4.4
Europa e América do Norte	Grécia	42	4.3
Europa e América do Norte	Eslováquia	43	4.3
América Latina e Caribe	Guatemala	44	4.3
Oriente Médio e África	Sudão	45	4.3
Oriente Médio e África	Iran	46	4.3
Oriente Médio e África	Marrocos	47	4.3
América Latina e Caribe	**Brasil**	**48**	**4.2**
Oriente Médio e África	Madagascar	49	4.1
Oriente Médio e África	Angola	50	4.1

***Quadro 1**: Índice de Empreendedorismo Nacional* ***Fonte**: GEM (2019)*

Devido à dificuldade de classificar o nível de liberalismo de uma nação, utilizou-se o *Index of Economic Freedom* (Índice de Liberdade Econômica da *Heritage Foundation* – HF), criado em 1995 e que anualmente avalia e classifica o grau de liberdade econômica de 186 países, considerando 12 categorias: negócios, liberdade fiscal, comércio, intervenção governamental, investimentos, monetária, financeira, do trabalho, direitos de propriedade e corrupção.

De acordo com a *Heritage Foundation,* liberdade econômica é a situação em que as organizações têm liberdade para contratar e demitir pessoas de sua força de trabalho, comprar e vender insumos, e respeitar as leis

civis e de comércio, seja um agente econômico, privado ou governamental.

O Quadro 2 a seguir, apresenta os 50 primeiros países dos 186 analisados segundo o índice de Liberdade Econômica criado pela HF. O índice vai de 0 a 100, sendo que a maior pontuação é alcançada com base na média das pontuações dos 12 indicadores anteriormente citados.

Index of Economic Freedom - 2019			
Classif	**País**	**Região**	**Posição**
1	Hong Kong	Ásia-Pacífico	90,2
2	Cingapura	Ásia-Pacífico	89,4
3	Nova Zelândia	Ásia-Pacífico	84,4
4	Suíça	Europa	81,9
5	Austrália	Ásia-Pacífico	80,9
6	Irlanda	Europa	80,5
7	Reino Unido	Europa	78,9
8	Canadá	Américas	77,7
9	Emirados Árabes Unidos	Oriente Médio e Norte da África	77,6
10	Taiwan	Ásia-Pacífico	77,3
11	Islândia	Europa	77,1
12	Holanda	Europa	76,8
13	Estados Unidos	Américas	76,8
14	Dinamarca	Europa	76,7
15	Estônia	Europa	76,6
16	Geórgia	Europa	75,9
17	Luxemburgo	Europa	75,9
18	Chile	Américas	75,4
19	Suécia	Europa	75,2
20	Finlândia	Europa	74,9
21	Lituânia	Europa	74,2
22	Malásia	Ásia-Pacífico	74,0
23	República Checa	Europa	73,7
24	Alemanha	Europa	73,5
25	Ilhas Maurício	África Subsaariana	73,0
26	Noruega	Europa	73,0
27	Israel	Oriente Médio e Norte da África	72,8
28	Catar	Oriente Médio e Norte da África	72,6
29	Coréia do Sul	Ásia-Pacífico	72,3
30	Japão	Ásia-Pacífico	72,1
31	Áustria	Europa	72,0
32	Macedônia	Europa	71,1
33	Ruanda	África Subsaariana	71,1
34	Macau	Ásia-Pacífico	71,0
35	Letônia	Europa	70,4
36	Botsuana	África Subsaariana	69,5
37	Bulgária	Europa	69,0
38	Santa Lúcia	Américas	68,7
39	Jamaica	Américas	68,6
40	Malta	Europa	68,6
41	Romênia	Europa	68,6
42	Uruguai	Américas	68,6
43	Tailândia	Ásia-Pacífico	68,3
44	Chipre	Europa	68,1
45	Peru	Américas	67,8
46	Polônia	Europa	67,8
47	Armênia	Europa	67,7
48	Bélgica	Europa	67,3
49	Colômbia	Américas	67,3
50	Panamá	Américas	67,2

***Quadro 2**: Índice de Liberdade Econômica* ***Fonte**: The Heritage Foundation Index (2019)*

Segundo a HF (2019), os níveis de liberdade econômica têm grande variação entre as cinco regiões do mundo. Os europeus, por exemplo, desfrutam do mais alto nível de liberdade econômica, com uma pontuação média de 68,6, relativamente acima da média global de 60,8. O Oriente Médio, o Norte da África e as regiões das Américas, possuem uma pontuação média próxima da média global – 61,3; 60,6 e 59,6, respectivamente – enquanto a região da África Subsaariana apresentou uma queda significante, para 54,2 (THF, 2019).

Os principais benefícios da liberdade econômica – maiores renda, riqueza, saúde, entre outros – são claros em cada região, mas há diferenças substanciais entre regiões em termos de nível de desenvolvimento econômico, social e cultural, que afetam diretamente diversos fatores que calculam a média da liberdade econômica (THF, 2019).

Enquanto houver diversidade entre regiões, pode-se notar certos padrões que indicam a importância de estimular a liberdade econômica em cada região. Nos países das Américas, por exemplo, há "falta de segurança jurídica" e "eficiência regulatória". O relatório cita que, particularmente na maioria dos países Latino Americanos, a cultura da corrupção impede a entrada de investimentos estrangeiros e, consequentemente, a geração de empregos, bem como a falta de regulações claras impede o empreendedorismo (THF, 2019).

Na região Ásia-Pacífico, a abertura de mercado e, particularmente, a "liberdade de investimentos" e a "liberdade financeira" estão muito abaixo dos padrões mundiais. A ação de países, como China e Índia, de relaxar ou diminuir as restrições aos "investimentos estrangeiros" e abrir o sistema bancário para a competição mundial, melhoraria a vida de centenas de milhões de pessoas. Economias de alto desempenho nessa região, como Hong Kong, Cingapura, Nova Zelândia e Austrália, já mostraram êxito por esse caminho (THF, 2019).

Nos países europeus, de forma geral, o item "Tamanho do Governo" gera uma enorme perda de pontos em seus escores de Liberdade Econômica. Em muitos países, altos níveis de tributação e extraordinários gastos do governo levam a saldos fiscais insustentáveis que impedem atividades mais produtivas do setor privado (THF, 2019).

A região do Oriente Médio e do norte da África ficaram atrás das demais no quesito "saúde fiscal", uma vez que os governos locais, em sua maioria, geram dívidas ao financiar gastos com subsídios aos consumidores e programas de redistribuição de renda. Por outro lado, problemas relacionados com "segurança jurídica" e "liberdade de investimento" são praticamente inexistentes nesses países (THF, 2019).

Os países da África subsaariana seguem as médias mundiais nas categorias "liberdade econômica" e, em especial, nas categorias "saúde fiscal" e "liberdade nos negócios". As diferenças mais profundas estão nas categorias "direito a propriedade", "segurança jurídica" e "integridade do governo", que continuam a refletir problemas, sendo tanto a causa como o efeito dos elevados níveis de instabilidade política e conflitos armados em toda a região (THF, 2019).

3. RESULTADOS

O estudo que avalia o nível de Liberdade Econômica entre 186 países tem como sua principal conclusão que há uma relação direta e forte com desenvolvimento. Isso demonstra que melhorias nas políticas econômicas visando a liberdade econômica tiraram centenas de milhões de pessoas da linha da pobreza, além de terem permitido que uma considerável parcela da população desfrutasse de melhores níveis de qualidade de vida (THF, 2019).

Infelizmente, o estudo conclui que a liberdade econômica global diminuiu ligeiramente. Tal fato decorre, segundo as análises, do aumento do protecionismo e dos gastos dos governos com motivações políticas, que tem como efeito a diminuição do controle dos gastos governamentais e da liberdade empreendedora. A pontuação média global de "liberdade econômica" diminuiu 0,3 pontos em relação ao estudo de 2018 – 60,5 pontos – , mas ainda é o terceiro nível mais alto em 25 anos de estudo (THF, 2019).

Seis países, segundo o estudo da THF (2019), alcançaram a pontuação acima de 80 e recebem o título de economias livre, sendo eles: Hong Kong, Cingapura, Nova Zelândia, Suíça, Austrália e Irlanda. Outros 88 países – que obtiveram pontuação acima de 60 – fornecem um ambiente institucional, onde empresas privadas e indivíduos se beneficiam de um grau moderado de liberdade econômica. No outro extremo, há 86 países que registraram pontuação abaixo de 60,

sendo considerados, portanto, economias "não livres" ou com liberdade econômica "reprimida", como por exemplo, Malaui, Irã, Síria, Ucrânia, China, Índia e, infelizmente, Brasil.

Talvez, uma das conclusões mais interessantes, seja que em cada uma das regiões analisadas pelo THF (2019), exceto a África Subsaariana, possui pelo menos um país entre as 20 maiores economias do mundo, demostrando que o tamanho da economia não possui forte correlação com a liberdade econômica. Além disso, os melhores resultados econômicos são alcançados por meio de reformas políticas que buscam limitar o tamanho do governo e, ao mesmo tempo, criar maior dinamismo no setor privado – empreendedorismo. Dessa forma, políticas que tem como objetivo promover a liberdade econômica, seja através da busca pela eficiência, ou simplesmente, restringindo a intromissão do governo na economia, propiciam um ambiente que gera soluções através das pessoas e de seus empreendimentos.

O estudo da THF (2019) também demonstra que nas economias classificadas como "livres" ou "na maior parte livres", o rendimento salarial dos cidadãos é mais do que o dobro dos níveis médios em todos os outros países e mais de seis vezes superior aos rendimentos das economias classificadas como "reprimidas", demonstrando que há uma forte relação entre liberdade econômica e crescimento econômico. Seja no curto ou no longo prazo, as taxas entre os ganhos na liberdade econômica e as taxas de crescimento econômico são consideravelmente positivas, pois as taxas de crescimento econômico em países onde a liberdade econômica mais cresceu são, pelo menos, 30% mais elevadas que as dos países onde a liberdade econômica estagnou ou desacelerou.

A GEM (2019) reconhece que eventos globais – os horríveis ataques terroristas, uma desaceleração global durante 2001-2005, uma profunda crise financeira acompanhada pela crise alimentar e de refugiados que teve início em 2007, e o aumento das tensões globais e incertezas sobre os acordos internacionais de comércio nos últimos anos – afetaram profundamente a evolução da economia mundial e o comportamento empreendedor.

Ao mesmo tempo, o avanço da tecnologia digital possibilitou novas formas de empreendedorismo e networking que, por outro lado, geraram novas ameaças potenciais como a perda de privacidade e notícias falsas (GEM, 2019).

No recente relatório GEM (2019), o que ficou mais evidente é que as economias devem desenvolver políticas que visem corrigir gargalos ou aumentar a força das organizações ao encorajar mais pessoas a iniciar negócios em sociedades que são altamente avessas a riscos.

Ficou demonstrado, também, que nada pode ser mais promissor do que o estímulo do empreendedorismo corporativo. Que a cooperação dos empregadores é essencial, isso é indiscutível, mas nesse caso, em vez de focar em novas regulamentações, o desafio está em criar ambientes organizacionais que recompensem a criatividade e o comportamento proativo (GEM, 2019).

Tais fatos demonstram que Adam Smith e David Ricardo nos anos de 1800 e, Ludwig von Mises, mais recentemente, estavam certos ao afirmar que quanto maior o nível de liberdade de uma economia, mais os comerciantes e empreendedores iriam buscar seus interesses pessoais e todos os demais cidadãos se beneficiariam com isso.

Como forma de avaliar e verificar se há correlação entre os dois índices – O *Index of Economic Freedom* da *The Heritage Foundation* e o *National Entrepreneurship Context Index* do GEM – criou-se um quadro comparativo entre os 10 primeiros países que obtiveram melhores notas em ambos os estudos. Pode-se verificar que apenas 3 países – Suíça, Taiwan e Emirados Árabes Unidos – aparecem nos dois quadros, conforme o Quadro 3, na próxima página.

Index of Economic Freedom - 2019		
Classif	**País**	**Posição**
1	Hong Kong	90,2
2	Cingapura	89,4
3	Nova Zelândia	84,4
4	Suíça	81,9
5	Austrália	80,9
6	Irlanda	80,5
7	Reino Unido	78,9
8	Canadá	77,7
9	Emirados Árabes Unidos	77,6
10	Taiwan	77,3

GEM	
PAÍS	**NECI Score**
Catar	6.7
Indonésia	6.6
Holanda	6.5
Taiwan	6.3
Índia	6.2
Estados Unidos	6.0
Emirados Árabes Unidos	5.9
Luxemburgo	5.7
Suíça	5.7
França	5.6

***Quadro 3**: Comparativo HF x GEM* ***Fonte**: GEM (2019) e The Heritage Foundation Index (2019)*

Dessa forma, quando comparamos os resultados da *Heritage Foundation* e do *Global Entrepreneurship Monitor*, pode-se concluir que há poucas evidências de que a liberdade econômica tem correlação direta sobre o empreendedorismo.

Entretanto, não se pode negar a importância da liberdade econômica para o desenvolvimento de uma nação. Segundo Reed, Morris e Minardi (2014), não há como negar o sucesso econômico de Hong Kong, que faz parte da China desde 1979 – quando deixou de ser colônia da Inglaterra –. Pelo artigo dos autores citados acima, fica claro também que o sucesso de Hong Kong não é devido somente à liberdade econômica, mas a outros fatores relevantes como: corrupção relativamente baixa; um judiciário eficiente e independente; respeito pleno aos direitos de propriedade; um sistema tributário extremamente simples e com baixas alíquotas tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas, e uma carga tributária total de 14% do PIB; ausência de impostos sobre ganhos de capital e de renda de juros; ausência de impostos sobre vendas e sobre valor agregado; inexistência de um aparato regulatório; orçamento governamental equilibrado e com uma dívida pública praticamente inexistente.

Segundo esses autores, para entendermos o sucesso atual de Hong Kong, devemos voltar para os seus primórdios, quando essa ilha era produto do 'abandono político' e, quando em 1842, ela foi adquirida pela Grã-Bretanha, como forma de solucionar um conflito decorrente de disputas comerciais entre o capitão Charles Elliot – britânico – e o Marques Ch'i-ying – um negociador chinês. Essa contenda é considerada por muitos historiadores como a precursora da Guerra do Ópio (REED, MORRIS e MINARDI, 2014).

Apesar de todas as previsões pessimistas sobre Hong Kong, tanto do Primeiro Ministro Britânico Lord Palmerton – "uma ilha estéril e inaproveitável, a qual jamais será um polo para o comércio" – e do tesoureiro real em Hong Kong, Robert Montgomery –

> "Não há nenhum comércio visível em Hong Kong... É difícil encontrar uma empresa na ilha. As poucas pessoas aqui se aventuraram estariam felizes se conseguissem recuperar metade do dinheiro que gastaram na ilha e fossem embora... Não parece haver a mais mínima probabilidade de que, algum dia, sob quaisquer circunstâncias, Hong Kong venha a se tornar um local propício ao comércio" (REED, MORRIS e MINARDI, 2014).

Entretanto, na visão de Sir John James Cowperthwaite, que foi nomeado secretário de finanças de Hong Kong entre o período de 1961 a 1971, Hong Kong deveria se manter fiel aos princípios do *laissez-faire.* Esse escocês,

discípulo fiel de Adam Smith e de um economista ligado a escola de Manchester – ardorosa defensora do livre comércio – se recusou a impor qualquer tipo de tarifa de importação, além de manter todos os impostos nos níveis mais baixos possíveis (REED, MORRIS e MINARDI, 2014).

Portanto, de acordo com Reed, Morris e Minardi (2014), a transformação de Hong Kong na mais livre economia do mundo, teve grande influência de Cowperthwaite, que instituiu o livre comércio plenamente ao se recusar a impor aos cidadãos locais a compra de bens caros produzidos localmente. Além de permitir a livre importação de bens, ele instituiu uma alíquota de imposto de renda de apenas 15%.

Para os autores, Cowperthwaite não aceitava proteger nem mesmo as empresas nascentes – as atuais Startups –, pois segundo a sua visão: "Uma indústria infante, quando protegida e mimada, tende a permanecer infante, e jamais irá crescer e se tornar eficiente". Além disso, ele era reconhecido pelo seu radicalismo liberal. Quando empresários locais lhe solicitaram a construção de um túnel através da enseada de Hong Kong, ele deu a seguinte resposta: “Se o túnel for economicamente viável, o setor privado iria construí-lo”, que foi o que acabou acontecendo.

Tal como Hong Kong, o Catar também foi um protetorado Britânico até ganhar sua independência em 1971. Atualmente, é um dos países mais ricos do Oriente Médio, em grande parte devido às receitas provenientes da extração e venda de petróleo e gás natural. E foi justamente devido ao elevado preço do petróleo, que o Catar experimentou um rápido crescimento econômico (FROMHERZ, 2017).

Segundo Fromherz (2017), atualmente os investimentos governamentais do Catar são focados em segmentos da economia não associados às reservas de petróleo e gás natural, mas sim em aumentar os investimentos privados estrangeiros em setores não energéticos. Para atrais esses investimentos, o Catar conta com o maior PIB per capita não só do mundo árabe, mas também global, além de nenhum tipo de imposto sobre a renda, bem como a menor taxa de imposto do mundo.

Enquanto as fontes energéticas permanecerão sendo a espinha dorsal da economia do Catar, o país já vem estimulando o setor privado a desenvolver uma economia baseada no conhecimento. Para isso, o governo criou o Parque Científico e Tecnológico do Catar em 2004, a fim de atrair empresas com bases tecnológicas (FROMHERZ, 2017).

Em outubro de 2018, o Catar alocou US$ 2 bilhões em uma tentativa de promover o empreendedorismo e atrair empresas multinacionais. O principal objetivo do governo é reunir em torno de 1.000 empresas e criar cerca de 10.000 postos de trabalho adicionais até 2022. O Catar também prevê investir cerca de US$ 3 bilhões como forma de captar empresas estrangeiras na área de produtos químicos, plásticos, logística e empreendimentos relacionados à inteligência (GEM, 2019).

Como se pôde verificar, não existe forte correlação entre a liberdade econômica e o empreendedorismo em uma nação. Entretanto, pode-se supor que a liberdade econômica cria as bases para o empreendedorismo, ao manter um ambiente propício para competição, inovação e liberdade de empreender. Como consequência, há aumento no número de empregos e melhoria dos indicadores econômicos e sociais, além de elevado PIB per capita, conforme o Gráfico 1 da *Heritage Foundation* na próxima página, que apresenta a média do PIB per capita, na categoria de liberdade econômica:

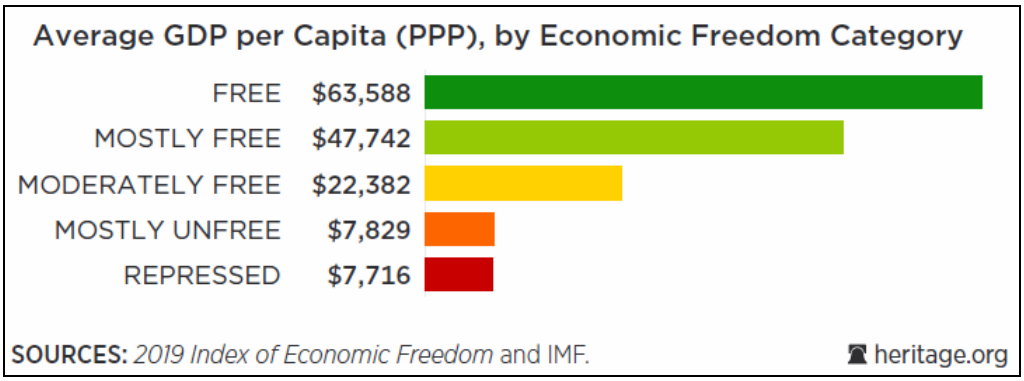


Gráfico 1 *– PIB médio Per Capita* ***Fonte****: The Heritage Foundation Index (2019)*

Se não se pode afirmar com veemência essa correlação, algumas conclusões podem ser tiradas, principalmente do relatório da *The Heritage Foundation Index* (2019). Uma delas é que cidadãos de países onde as economias são mais livres e democráticas, gozam de rendas médias mais de seis vezes maiores que as economias "reprimidas". Ademais, esses cidadãos vivem mais, desfrutam de melhor saúde, podendo ter acesso a maior qualidade na educação.

Para finalizar, segundo o *The Heritage Foundation Index* (2019), uma maior liberdade econômica também tem forte correlação com uma governança mais democrática e um estado de direito mais forte. O estudo também concluiu que há uma robusta ligação entre as melhorias na liberdade econômica e o crescimento, demonstrado através da duplicação do PIB mundial desde que o índice passou a ser medido em 1995. Tal fato pode ser verificado no Gráfico 2 a seguir, que apresenta a curva de tendência do PIB per capita com relação a liberdade econômica e o padrão de vida.

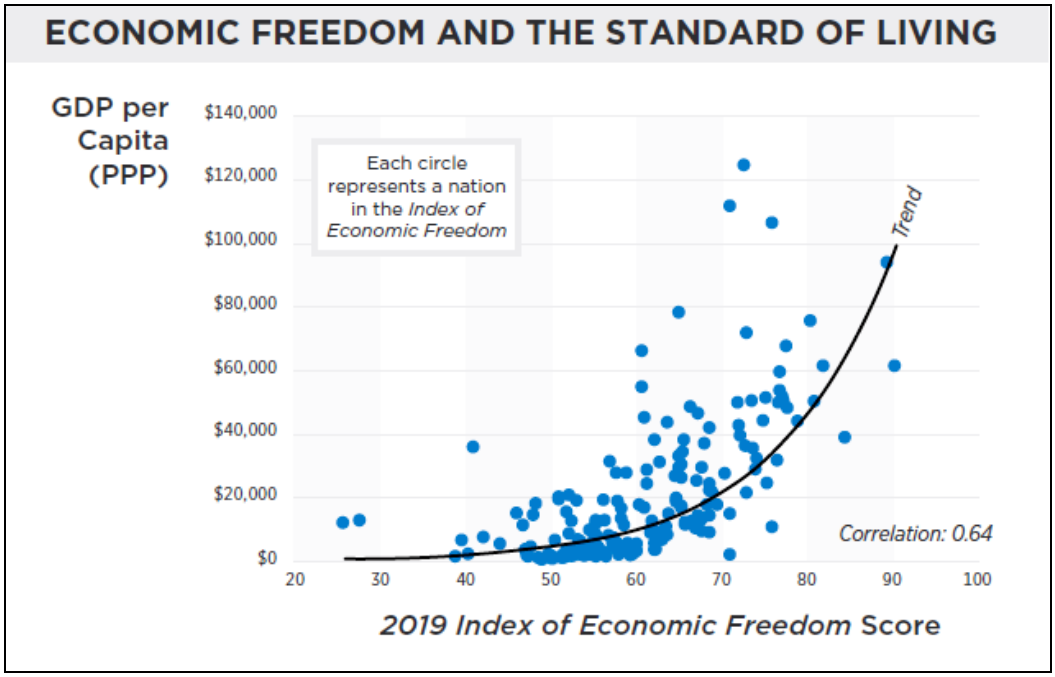


Gráfico 2 *– Liberdade Econômica e Padrão de Vida* ***Fonte****: The Heritage Foundation Index (2019)*

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos do presente trabalho era entender a possível existência de correlação entre a liberdade econômica de uma nação e o seu ambiente empreendedor, além de explicar, por analogia, a realidade econômica e empreendedora nas nações e, por consequência, do Brasil. Infelizmente não se pôde alcançar tal objetivo com clareza, mas outros resultados não menos importantes foram encontrados.

Entre eles, o mais importante é que quanto maior a liberdade democrática de uma nação, maiores são as possibilidades de melhoria no que se refere à qualidade de vida e crescimento do PIB per capita, como ficou demonstrado no relatório da *The Heritage Foundation Index* (2019).

Quando se observa esses elementos no Brasil, consegue-se entender a sua realidade atual. Os governos aprovaram leis ditas democráticas no passado que vêm gerando consequências devastadoras na economia. Muitas dessas leis impossibilitam as relações sociais voluntárias, em que inquilinos e proprietários de imóveis, por exemplo, não têm liberdade para fazerem contratos da forma que acharem melhor. Empregados e empregadores não possuem liberdade para decidir sobre salários ou mesmo condições de trabalho. A grande dúvida que fica é: por que o Estado tem que legislar ou intervir em acordos em que ele não é a parte mais interessada?

Conforme Lazzarini (2011) em seu livro “Capitalismo de Laços”, as leis que buscam interferir na liberdade de celebração de contratos, podem beneficiar em última instância, determinados grupos que possuem relação com o governo e que, invariavelmente, irão prejudicar outros, como os empresários que não possuem esses “laços”.

Como contribuição acadêmica, o presente trabalho apresentou possíveis indícios entre a liberdade econômica de uma nação e a criação de um ambiente empreendedor, indicando que as nações que queiram melhorar a qualidade de vida de sua população devem buscar trilhar o caminho proposto por Adam Smith e David Ricardo nos anos de 1800 e, mais recentemente, por Ludwig Von Mises.

Pretendeu-se, também, gerar uma base inicial para futuras pesquisas que busquem comprovar a existência dessa correlação, ou mesmo, suas consequências positivas ou negativas, se houverem.

Embora tomados todos os cuidados, salienta-se que esses ressulcados não podem ser generalizados.

REFERÊNCIAS

AJAGBE, A. M.; OGBARI, A. O.; OKE, A. O. ISIAVWE, D. Review of global marketing environment and entrepreneurship development. **International Journal of Commerce and Law**, p. 1-14, 2015.

ALOKPO, J. Internationalization of operations and competitive advantage by commercial banks in Kenya. Dissertação de Mestrado na Universidade de Nairobi, 2016.

BARRINGER, B.; IRELAND, D. Entrepreneurship: Successfully launching new ventures. NJ: Pearson Education. 2005.

BOUCOYANNIS, D. Review of Lisa Herzog's Inventing the market: Smith, Hegel, and political theory. In: The Adam Smith Review: Volume 10. Routledge, 2017. p. 157-167.

CARAYANNIS, Elias G.; ACIKDILLI, Gaye; ZIEMNOWICZ, Christopher. Schumpeter in the Context of International Trade Dynamics, Challenges, Opportunities, and the Quadruple/Quintuple Innovation Helixes. In: MBAA International Conference. 2017.

CHO, D. S.; MOON, H. C. From Adam Smith to Michael Porter: evolution of competitiveness theory. World Scientific, 2000.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo. Elsevier Brasil, 2008.

DRUCKER, P. Innovation and entrepreneurship: Practice and principles. Amsterdam: Elsevier Butterworth-Heinemann. 1985.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de administração, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

FRIEDEN, Jeffry A. Capitalismo Global: História Econômica e Política do Século XX. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

FROMHERZ, Allen James. Qatar: A modern history. Georgetown University Press, 2017.

GEM Report. Global Entrepreneurship Monitor. 2018/2019 Executive Report. Babson College. Boston, 2019. Disponível em: https://www.gemconsortium.org/report. Acesso em: 28.jun. 2019.

KUCUKAKSOY, I. Adam Smith's conceptual contributions to international economics: Based on the Wealth of Nations. Business and Economic Horizons, n. 04, p. 108-119, 2011.

KURZ, H.; SALVADORI, N. The Elgar companion to David Ricardo. Edward Elgar Publishing. 2015.

HAMILTON, R. T.; HARPER, D. A. The Entrepreneur in Theory and Practice. Journal of Economic Studies. Vol. 21 No. 6, p. 3-18. MCB University Press. 1994.

HERITAGE FUNDATION, THE. Index of Economic Freedom. Disponível em: https://www.heritage.org/index/. Acesso em: 26.jun.2019, às 8:32.

LAZZARINI, S. G. Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões. Elsevier, 2011.

MASON, C. Entrepreneurial Finance in a Regional Economy, Venture Capital." International Journal of Entrepreneurial Finance, 12(3), 167-172. 2010.

MASON, C.; BROWN, R. High Growth Firms in Scotland. Final Report for Scottish Enterprise. Glasgow. 2010.

MCCLOSKEY, Deirdre Nansen. Why Liberalism Works. Yale University Press, 2019.

MISES, L. von. Economic Policy. Thoughts for Today and Tomorrow. Ludwig von Mises Institute, Auburn, Alabama, USA. 1979.

PORTER, M. E. The Competitive Advantage of Nations. Free Press: New York. 1990.

RASMUSSEN, D. C. Adam Smith on what is wrong with economic inequality. American Political Science Review, v. 110, n. 2, p. 342-352, 2016.

REED, L. W.; MORRIS, A. P.; MINARDI, J-F. How the Hong Kong Economic Miracle Happened - The Beginnings. Ludwig von Mises Institute, Auburn, Alabama, USA. 2014.

REED, L. W.; MORRIS, A. P.; MINARDI, J-F. How the Hong Kong Economic Miracle Happened - from poverty to prosperity. Ludwig von Mises Institute, Auburn, Alabama, USA. 2014.

SAY, J. B. A Treatise on Political Economy, Kelley, New York, NY. 1964.

SCHUMPETER, J. A. The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest and the Business Cycle. Harvard University Press, Cambridge, MA. 1934.

A FAMÍLIA NO CONTEXTO PANDÊMICO

Luis Antonio da Silva

Mestre em Administração, Comunicação e Educação pela Universidade São Marcos. Pós graduado em MBA de Gestão Empresarial pela Uninove. Formado em Psicologia pela Universidade São Marcos e em Organização e Gestão de Eventos pela Anhembi-Morumbi. Especialista em Saúde e Educação pela Vivendo Melhor. Acompanhante Terapêutico pelo Grupo Vivência. Professor do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Rita (UNISAN). Psicólogo Clínico e Consultor Master em Recursos Humanos.

luisantonio.psicologo@outlook.com

RESUMO:
Desde março de 2020, o mundo no qual vivemos está sob a ação de uma pandemia, a COVID-19, causada pelo vírus SARS-Cov19. Em termos históricos, podemos dizer que essa situação é atípica para a população mundial, não pela contaminação viral, pois em um passado não muito distante, tivemos um surto de H1N1. Porém, em termos de contextos sociais e familiares, o momento pandêmico atual obrigou a sociedade a vivenciar uma condição até então nova em sua rotina diária, o isolamento social, que obrigou boa parcela da população a viver dentro de suas próprias casas, com suas famílias. Entretanto, o que se percebe é que esta convivência, que aparentemente deveria ser harmônica, trouxe um cenário no qual os sentimentos mais diversos e diversificados afloram, proporcionando questionamentos por parte das mais diversas ciências do comportamento humano sobre como o homem vivenciou o isolamento em família. Partindo desse conceito introdutório, o presente trabalho tem como propósito apresentar uma reflexão de como "a família" reagiu aos mais diversos contextos durante o período de pandemia, especificamente no que se refere ao isolamento social, que força a um estado de convivência mais íntimo entre os membros da família. Sendo assim, a linha de tempo adotada para o desenvolvimento deste trabalho vai desde o pensar sobre o modelo psicodinâmico de família antes do isolamento social, passando por temas que envolvem a obrigatoriedade da convivência familiar entre aqueles que se viram obrigados a se isolar e aqueles que não tiveram a mesma condição; os sentimentos relacionados com o momento inicial do isolamento; e seus desdobramentos com o decorrer dos dias e dos meses. Temos ainda como foco, pontos sobre violência doméstica, a permeabilidade e fuga em relação às restrições sociais, finalizando com as possibilidades sobre o retorno das atividades, pensando em um novo contexto no qual o presencial tende a ser virtual.

Palavras-chave: *Pandemia, Isolamento, Relações familiares, Psicodinâmica das Relações.*

ABSTRACT:
Since March 2020, the world we live in has been under the influence of a pandemic, COVID-19, caused by the SARS-Cov19 virus. In historical terms, we can say that this situation is atypical for the world population, not because of viral contamination, as in the not-too-distant past, we had an outbreak of H1N1. However, in terms of social and family contexts, the current pandemic has forced society to experience a previously new condition in its daily routine, social isolation, which forced a good portion of the population to live within their own homes, with their families . However, what is perceived is that this coexistence, which apparently should be harmonious, brought a scenario in which the most diverse and diversified feelings emerge, providing questions from the most diverse sciences of human behavior on how men experienced isolation in the family. Based on this introductory concept, this paper aims to present a reflection on how "the family" reacted to the most diverse contexts during the pandemic period, specifically with regard to social isolation, which forces a more intimate state of coexistence between family members. Thus, the timeline adopted for the development of this work ranges from thinking about the psychodynamic model of the family before social isolation, through themes that involve the obligation of family coexistence between those who were forced to isolate themselves and those who they didn't have the same condition; feelings related to the initial moment of isolation; and its unfolding over the days and months. We also focus on points on domestic violence, permeability and escape in relation to social restrictions, ending with the possibilities of returning to activities, thinking about a new context in which the presence tends to be virtual.

Keywords: *Pandemic, Isolation, Family relationships, Psychodynamics of Relationships.*

1. Família e suas relações no contexto pré-pandêmico

O conceito de família vem se refazendo ao longo da história da humanidade. Temos como modelo arquetípico, que *família* é a constituição da união entre um homem e uma mulher com propósitos patrimoniais e de procriação. Esse modelo, apesar de ainda ser o dominante no contexto atual, já não simboliza ou significa o que é e como a família se constitui nos dias atuais. Hoje, sabemos que a família não se forma somente pela união de pessoas do sexo masculino e feminino, mas sim pela união de pessoas, independentemente de gênero, orientação e/ou preferência sexual, que decidem por vontade própria se unir e vivenciar uma vida em conjunto, compartilhando afetos e experiências pelo maior período possível de suas existências. Estudos mais recentes discutem ainda que a família não é necessariamente formada por pessoas que partilham vínculos consanguíneos, mas pela agregação de pessoas que compartilham o mesmo espaço vivencial; neste caso, encontramos os amigos que vivem na mesma casa, ou até mesmo pessoas sozinhas que moram com seus "pets" ou efetivamente sós.

Partindo dessa lógica de entendimento e raciocínio, temos a família nuclear, que é aquela formada por seus próprios membros, e a família extensiva, que são as pessoas que, ligadas por vínculos, estão no entorno da família nuclear. Como os modelos familiares de hoje em dia estão emaranhados, daremos por princípio para a descrição deste trabalho, que *família* será a composição de pessoas que convivem no mesmo espaço, podendo esta ser formada por um casal, filhos e seus animais e pais ou avós que compartilham do mesmo local.

É interessante analisar que, antes da obrigatoriedade do isolamento social, a família vivenciava uma dinâmica em que os sentimentos e emoções, aflorados ou não, eram diluídos em outras formas em relação ao estresse do ambiente. Isso quer dizer que, antes do isolamento social, o indivíduo compartilhava de outros espaços além do próprio lar, nos quais tinha a oportunidade de equilibrar seus sentimentos. Em outras palavras, se no ambiente familiar o contexto era tenso, ao sair para seus afazeres fora de casa, por mais que o trânsito ou trabalho fossem estressantes, "o sair já era significativo" para aliviar a tensão. O mesmo se aplica para as situações inversas: se meu trabalho ou o ir e vir fossem estressantes, a casa ocuparia o lugar do conforto e do aconchego. Os fins de semana eram momentos de confraternização, o "tal churrasco de domingo" com a própria família ou mesmo com outros amigos e parentes, eram momentos de descontração.

Por mais que existissem problemas, estes eram solucionados dentro da psicodinâmica de cada família, havia "certa dispersão" do conflito; isso não minimizava os problemas existentes em cada família, mas é importante lembrar que, por mais que houvessem conflitos, sejam eles de qualquer natureza, o convívio social fora do ambiente familiar favorecia uma dissipação do estresse.

A partir do momento em que foi decretada a pandemia em março de 2020, e por conta da alta taxa de transmissão do vírus, várias medidas foram adotadas pela maioria dos governos estaduais, para que sua população não fosse contaminada, o que poderia levar a uma sobrecarga no sistema de saúde. A população foi levada ao isolamento involuntário, chamado de isolamento social, assunto cuja discussão sobre a distinção entre esses dois termos cabe aos estudiosos das ciências sociais, o que não é o foco deste trabalho.

O que se pode perceber a partir daquele momento inicial de isolamento é que as famílias se viram obrigada a se isolarem em seus próprios ambientes, em

função das restrições de circulação externa. Temos então, dois contextos diversos: algumas famílias que ficaram literalmente isoladas, não saindo de seus lares nem para compras relacionadas ao básico e outras, nas quais um de seus membros se tornou o responsável por sair do isolamento, seja para trabalhar, ou mesmo para fazer compras de produtos necessários para manter o funcionamento do lar.

Partindo-se da situação acima descrita, não poderemos dizer que todas as famílias vivenciaram a pandemia da mesma maneira, pois aquelas em que seus membros foram obrigados a sair, passaram a conviver com a paranóia de uma eventual contaminação daquele que saía, ou ainda, quanto à possibilidade de transmissão do vírus quando do retorno ao lar. Já nos casos em que a família literalmente se isolou o medo da contaminação não era tão evidente assim, apesar da possibilidade desse sentimento poder estar rondando constantemente o lar. O que se viu foi o que denominaremos aqui de "momento mágico em família": momentos estes que foram inicialmente entendidos como um período de férias, no qual se cuidou do ambiente com pequenas reformas, os churrascos constantes, homens na cozinha se vangloriando de seus feitos no preparo de pães e demais alimentos. Quanto aos filhos ou as crianças, o momento era de diversão, sem a obrigatoriedade de horários para aula ou mesmo para acordar. Tudo era festa, uma vez que a empresas não sabiam como organizar o trabalho de seus colaboradores fora do ambiente formal de trabalho. Ou seja, era o considerado momento de paz e tranquilidade, afinal, enquanto família, "estávamos todos em paz, com saúde e salvos em casa".

Em termos temporais, esse período durou, em média, entre três ou quatro semana, tempo suficiente para que as pessoas entendessem que o estado de pandemia não iria acabar tão cedo, as organizações passassem a se planejar para o trabalho remoto, assim como o sistema educacional. Passamos, então, a entrar em um novo momento familiar: a convivência do público no espaço privado.

2. Família e o convívio na pandemia e os abusos no ambiente familiar

Passado o período de entendimento sobre o que seria a pandemia e o isolamento social no qual o público invadiu o privado, as famílias se viram obrigadas a usar seus espaços de convivência para estudo, trabalho e afazeres do dia a dia.

Neste sentido, não podemos dizer que houve um ou algum membro afetado diretamente; todos os membros foram afetados ao mesmo tempo. A partir deste contexto, as configurações familiares se estabeleceram e se fizeram mais presentes, sobretudo no modelo familiar em que o pai tem prioridade de trabalho, fazendo com que os demais membros da família devessem respeitar o seu silêncio e privacidade, pois seu trabalho é o mais importante. O mesmo passou a acontecer com o estudo dos filhos, salvo em condições de famílias nas quais cada um tem seu celular, computador ou tablet, além de um sistema de conexão por internet de boa qualidade; a maioria das famílias se viu obrigada a compartilhar o espaço e equipamentos, tendo cada ser a sua prioridade e complexidade. Nas casas em que as mães exerciam somente as atividades domésticas, estas passaram a cuidar das rotinas escolares dos seus filhos, atuando como professoras no reforço escolar, isso quando os filhos não "invadiam as reuniões virtuais dos pais" para pedir ajuda ou mesmo pedir para brincar.

A cena, por mais descritiva que fosse, não deixou de ser caótica, as pessoas passaram a ver o seu como prioridade, os conflitos começaram a aparecer, fosse em uma fala mais austera, ou em uma atitude mais ríspida em relação ao comportamento dos filhos, que não assimilaram o propósito do conteúdo *online*. Outro ponto de

estresse era o de conciliar o trabalho com os afazeres domésticos, alimentação e jornadas de trabalho intermináveis, com reuniões a todo momento, e o sentimento da falta de controle por parte das organizações para a produção do trabalho.

Neste contexto, os conflitos, como já mencionado, extrapolaram para os excessos e polarizações de sentimentos e válvulas de escape, como o aumento do uso de abuso de violência verbal, física, álcool e outras drogas.

No momento em que a convivência se tornou obrigatória, onde o risco e a eminência de morte eram maiores no lado de fora, a família se viu na obrigação de viver junto aos seus e o estresse que ora alternava entre a casa e/ou trabalho e escola passou, então, a se caracterizar no ambiente familiar. O espaço da casa, lugar sagrado e de convivência de um ambiente onde seus membros coabitam, para compartilhar seus momentos de lazer, troca, alimentos, sentimentos e intimidades, passou a ser o espaço do trabalho remoto, da sala de aula, do cinema, e de outros espaços, antes públicos e específicos, em espaços ou "o espaço" para realizar e existir, mesmo nas casas em que há "escritório ou biblioteca". Não era ou ainda é incomum o executivo ver sua reunião por meio de plataformas virtuais ser invadido pelo animal de estimação ou mesmo os filhos que "invadem" o espaço de trabalho para chamar a atenção do pai ou da mãe.

Há também a questão de como explicar para uma criança, em fase de desenvolvimento, que o papai e a mamãe, ausentes durante a maior parte do tempo, em que a presença só se era percebida em horários e dias específicos da semana, dias estes e horários destinados ao brincar, que essa presença não é o da figura que a criança busca; e mais: como explicar "ao meu chefe ou à minha equipe" que meu filho não respeita regras, sendo eu uma pessoa que direciona outros a "cumprirem ordens e executar atividades".

Pode parecer altamente imperceptível o que não está dito nesse contexto, porém o fator estressante não é o espaço de convivência pessoal ser tomado por questões profissionais: o que passou a potencializar o estresse no ambiente familiar foi a dificuldade, dentre vários fatores, em lidar com uma situação que estava fora do suposto controle que o homem acreditava ter. Não se podia, ou talvez ainda não se possa, ter uma vida livre, na qual o direito de ir e vir está cerceado por algo invisível e desconhecido.

Surgem indagações de diferentes tipos: que o meu prazer em conviver poderia afetar e comprometer, inclusive com risco de morte, alguém que amo? Como posso garantir o rendimento profissional e mesmo o trabalho com a possibilidade da incerteza em relação a continuidade do trabalho em si, ou mesmo da existência da empresa por determinação do fechamento de locais sociais de convivência? Como poder alfabetizar e ensinar se, durante minha trajetória não me foi exigido conhecer ou desenvolver trabalhos em que as ferramentas virtuais fossem importantes e necessárias? Como posso demonstrar o meu aprendizado por meio de uma tela, na qual a interação social ou mesmo o entendimento não pode ser esclarecido ou compartilhado como no ambiente escolar de uma sala de aula? Em que momento desta vida eu continuo a exercer o papel de cuidador ou cuidadora, para cuidar da casa ou da preparação do alimento em família, se tenho reuniões intermináveis que inclusive invadem meus horários de almoço que, por força de lei deveriam ser livres?

O fato é que o ser humano durante sua evolução não se preparou ou esteve preparado para viver em isolamento. A sociabilidade é parte eminente da existência humana e, desde o momento em que a convivência, por mais prazerosa que fosse entre os meus, tornou-se algo,

para a grande maioria difícil ou mesmo insuportável em função de fatores estressantes como o próprio isolamento em si, a necessidade da retomada de rotinas profissionais ou acadêmicas, além dos afazeres domésticos, ao mesmo tempo, muitas vezes no mesmo espaço ou ambiente de convivência dos seus membros.

Dados estatísticos levantados durante a pandemia comprovam que houve um aumento no consumo de vários itens que englobam a sobrevivência humana, inclusive consumo de lícitos e ilícitos, e até mesmo dos conflitos relacionais existentes na convivência humana. A necessidade hedonista se fez presente e se fortaleceu para a grande maioria da humanidade durante a pandemia, situação confirmada pelo aumento de assinaturas de filmes *on demand*, da compra por meio de aplicativos, do consumo de álcool e tabaco, inclusive do *delivery* de drogas ilícitas, e, claro, nessa corrente de aumento, a convivência humana também chegou ao seu ápice.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, a violência contra a pessoa humana teve queda durante o período de isolamento social. A princípio, essa informação é até que importante para uma "análise fria" e sem derivações. Ocorre que o fato de haver uma queda no índice oficial de violência, que é um dado concreto, traduz um outro ponto que não se pode deixar de considerar: durante a pandemia, na qual as pessoas não saíam de suas casas, ou seja, como o ir e vir estava comprometido, chegar a uma delegacia era algo impossível de se fazer para a maioria da população.

O número de casos de brigas de casais, ou mesmo de violência doméstica[1] aumentou significativamente, fato comprovado pela procura de psicoterapia individual ou de casal - que também passou a ser virtual, - ou mesmo pelo número de separações de casais. O questionamento que fazemos é por qual razão o ambiente familiar, que em princípio deveria ser algo prazeroso, deixou de ser um lugar de satisfação?

3. Do luto ao ambiente clandestino

Até o início de setembro de 2021, no Brasil, os registros oficiais do Painel Coronavírus, Ministério da Saúde e do Consórcio Imprensa davam conta de que mais de 20, 9 mi. haviam se infectado e mais de 584 mil mortos em decorrência do COVID-19. Esse número passou a refletir uma realidade que oscilava entre comportamentos de tristeza e de uma realidade dispare em relação ao isolamento social e transmissão do vírus.

Por ser uma doença desconhecida, que ainda continua sem uma explicação lógica por parte de ciência sobre como o vírus funciona ou reage, as pessoas passaram a vivenciar comportamentos que oscilavam entre o bem e o mal, entre o alegre e o triste, entre o feliz e o infeliz.

Entretanto, os extremos deste viver em período pandêmico foram sentidos por duas parcelas das pessoas através de sentimentos opostos: o luto e alegria. Luto por aqueles que tiveram a infelicidade de ver um dos seus serem "levados" por uma doença sem a menor explicação médica, ou questão que justificasse a morte. Para o ser humano, a morte e morrer são questões tidas por muitos como tabu, algo inexplicável e incompreensível, principalmente quando a chamada "ordem natural" interfere nesse entendimento.

A contaminação pelo vírus, que para alguns foi letal, demonstrou um lado frágil e inexplicável do ser humano, que é o "de ver os seus mortos sem um morto". Como explicar a morte para uma pessoa que acaba de "perder" seu pai, mãe, filho ou filha, tio ou tia, sobrinho ou sobrinha para um vírus sem uma explicação lógica?

[1] Entendemos como violência doméstica todo conflito que exista no ambiente familiar - seja ela verbal, física ou econômica, contra a mulher ou os mais vulneráveis , como crianças e idosos.

Como entender que uma pessoa morre pela um dos componentes essenciais à vida fisiológica dos seres humanos, que é o ar?

Outra questão importante está relacionada à recuperação do processo de infecção. As sequelas daqueles que se contaminaram e sobreviveram à COVID-19 ainda são incertas, pois outra característica deste vírus é a forma como cada indivíduo reage uma vez que tenha sido contaminado, podendo levar a alguns lares o ônus de longos cuidados médicos.

Outra marca decorrente dessa pandemia é a experiência de um luto inexplicável, ilógico e incoerente, um luto desolador e solitário. Se podemos afirmar que algumas pessoas não lidam bem com a morte, também sabemos que o processo de morte, assim como o luto, necessita de rituais para facilitar sua elaboração; eis o ponto de maior sofrimento deste momento pandêmico, que é o fato de não se poder velar e nem dar o chamado "enterro digno" aos entes queridos que falecem vítimas da infecção.

Na sua grande maioria, senão em quase todos os casos, o último momento de contato se deu na entrada de um pronto socorro, muitas vezes em contextos em que a saúde já se encontrava debilitada ou não, mas que a partir do momento em que se adentrava para a internação, a angústia dos familiares se dava no sentido de que não houvesse uma piora no caso; já para os pacientes, a partir de relatos descritos por enfermeiros e médicos, era um estado de súplica pela vida.

Nesses casos, as famílias vivenciam a angústia de um possível luto antecipatório, vivendo um momento em que a vida de seu familiar estava por um fio. Com os horários de visitas suspensos, restavam apenas conexões por meio de mensagens eletrônicas ou chamadas de vídeo, com a iminência da morte rondando a cada instante.

Muitas foram as vítimas dessa doença e a vivência do luto em família se deu pela perda de um, ou mais membros, em alguns casos, no intervalo de dias, semanas ou mesmo meses. Esse luto, que não se traduz em despedida, é um luto vazio, sem uma explicação ou entendimento sobre quem de fato se foi e o por qual razão se foi. Levado de forma tão rápida e por uma doença que acomete alguns e não proliferava em outros. Nesses casos, a expressão de revolta foi uma possibilidade para aqueles que perderam seus entes queridos, pois o surgimento dos eventos clandestinos era desproporcional ao momento.

O Decreto Estadual Nº 64.881, DE 22/3/2020. e o Decreto Municipal Nº 59.283 de 16/03/2020, impediram a abertura e funcionamento de espaços públicos e a aglomeração de pessoas. Contudo, algumas famílias se viram em um dilema, por vezes incompreensível e até incoerente, no qual, em um primeiro momento, a infecção pelo COVID-19 vitimava pessoas mais idosas e com alguma comorbidade, não afetando jovens e crianças. O público jovem, justamente por acreditarem que não seriam contaminados pelo vírus, manteve em alguns casos, uma vida próxima do normal, muito semelhante àquela do período pré-pandêmico.

Apesar das restrições municipais e/ou estaduais, em relação às aglomerações, ao longo da pandemia aconteceram e acontecem baladas e festas. Nesses locais, apesar das restrições legais, as regras sanitárias, como o uso de máscaras e prática do distanciamento social não são cumpridas. Não há comprovação direta ou mesmo estatísticas sobre essa situação, mas, em muitos casos, segundo comentários e relatos jornalísticos, de redes sociais ou mesmo em compartilhamentos de grupos, as famílias vivenciam o isolamento dos seus enquanto um ou outro jovem, que participa de eventos sociais, pode funcionar como vetor de transmissão do vírus dentro de seus lares.

Sob esse panorama, temos duas situações opostas, nas quais algumas

famílias se questionam por qual razão estão perdendo seus entes queridos e, por outro lado, por qual razão algumas pessoas viviam como se não houvesse uma pandemia?

4. Considerações finais – 540 dias e o "novo normal"

No início da pandemia, muito se falou sobre um "novo normal", situação na qual, sem uma definição nítida e clara do que seria, imaginou-se que o homem e talvez a humanidade "seriam diferentes". Mas, o que poderia ser diferente? Como esse momento histórico mudaria os rumos de uma economia global ou mesmo as relações humanas e, no caso em tela, as relações familiares?

Até o presente momento em que escrevo este trabalho, não há uma definição de como se dará tudo isso; o que se sabe até agora é que o homem precisará continuar com suas rotinas e, no que se refere à família, essa rotina já não será a mesma, pois em muitos lares a composição familiar mudou. Não temos mais um pai ou uma mãe se foi; não temos mais aquele filho ou filhos, ou só ficaram os filhos - em muitos casos, somente filhos menores que terão seus destinos definidos por meios legais.

Sobre a retomada do ensino, por mais que haja discussões sobre o modelo presencial ou híbrido, a escola terá que lidar com questões que envolvem o retorno ao aprendizado no período pré-pandemia, como também terão que lidar com as questões que envolvem a tristeza e o luto daqueles que perderam os seus - tanto docentes quanto discentes.

O mesmo ocorre em relação às questões de trabalho: as organizações entenderam que a produtividade no ambiente doméstico é maior; contudo, o trabalho presencial favorece a troca e compartilhamento entre os colegas. Assim sendo, esse "novo normal" poderá ser escalonado ou 100% remoto, exceto para os trabalhos que, por características próprias, exijam a presença dos funcionários.

Nos lares, existirá uma tendência do novo normal ser o normal já existente anteriormente. Isso quer dizer que as relações e a psicodinâmica familiar será a mesma, pois o homem é o mesmo, as relações são as mesmas, os papéis sociais e familiares não mudaram, exceto para os casos de pessoas ou mesmo famílias que, ao oposto do descrito anteriormente, tiveram a pandemia como o momento de fortalecimento das relações familiares, o que constitui o diferencial entre as chamadas "famílias saudáveis" e "famílias doentes".

É importante ressaltar que não possuímos uma definição clara sobre o que é uma "família saudável" ou uma "família doente"; afinal, como descrito nos primeiros capítulos, a definição de *família* para este texto seria o agrupamento de pessoas e a forma em que as relações entre elas se estabelecem. Toda família tem ou terá problemas; porém, o que fez com que algumas famílias se fortalecessem no período de isolamento, foi efetivamente a qualidade das relações estabelecidas, o quanto os fatores externos não influenciaram negativamente o ambiente, ou o quanto os conflitos internos não "abalaram as estruturas funcionais da família". Esse "novo normal" será mais normal que antes, enquanto o período de pandemia permanecer, uma vez que o ser humano é adaptativo, assim como a família vai demonstrando que também o é.

Fontes e Referências Bibliográficas

AILES, E. “A COVID ACABOU COM NOSSO CASAMENTO”: OS CASAIS QUE SE SEPARARAM DURANTE A PANDEMIA. (Artigo) BBC News. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55182269>. Acesso em 06 de Set. 2021.

BATISTA, M. N e TEODORO, M. L. M. (Org.). PSICOLOGIA DE FAMÍLIA: TEORIA, AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BRASIL, CORONAVÍRUS. COVID19 – PAINEL CORONAVÍRUS. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

_____, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em 06 de Set. 2021.

CAIXETA JR. J. A., SOUZA, K. M., FERNANDES, M. F. FAMÍLIA MULTIPARENTAIS. Artigo. REVISTA SCIENTIA GENERALIS. Anais do III Fórum de Iniciação Científica, 2020. v. 1 n S1 (2020). Disponível em <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/63>. Acesso em 06 Set. 2021.

CALIL, V. L. L. TERAPIA FAMILIAR E DE CASAL. São Paulo: Summus, 1987.

CASTRO, R. DIVÓRCIOS CRESCEM 54% NO BRASIL APÓS QUEDA ABRUTA NO INÍCIO DA PANDEMIA. Artigo. O GLOBO Época. Disponível em <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/divorcios-crescem-54-no-brasil-apos-queda-abrupta-no-inicio-da-pandemia-24635513>. Acesso em 06 de Set. de 2021.

CORREIA, F. REFLEXO DA PANDEMIA: COMPRAS EM APLICATIVOS CRESCEM 40% EM 2021. Artigo. Disponível em <https://olhardigital.com.br/2021/04/03/internet-e-redes-sociais/reflexo-da-pandemia-compras-em-aplicativos-cresce-40-em-2021/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

EEP – HCFMUSP. AUMENTO DE ÁLCOOL E DROGAS NA PANDEMIA DA COVID-19 É AMEAÇA À SAÚDE. Artigo. Disponível <https://eephcfmusp.org.br/portal/online/aumento-alcool-drogas-pandemia-da-covid-19-e-ameaca-a-saude/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

FERRARI, V. “SALVAÇÃO” NA PANDEMIA, QUAL O FUTURO DOS APLICATIVOS DE ENTREGA? Artigo. Nova Varejo. Disponível em <https://www.consumidormoderno.com.br/2021/03/23/salvacao-pandemia-futuro-aplicativos-entrega/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

FIORE, M. COM PANDEMIA, AUDIÊNCIA DE STREAMING DE VÍDEO CRESCE 20% NO MUNDO DURANTE O MÊS DE MARÇO. Artigo. B9. Disponível <https://www.b9.com.br/123993/com-pandemia-audiencia-de-streaming-de-video-cresce-20-no-mundo-durante-o-mes-de-marco/>. Acesso em 06 Set. 2021.

FORÇA-TAREFA PsicCOVIDa. USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM TEMPOS DE PANDEMIA. Cartilha. Disponível em <https://www.pucrs.br/coronavirus/wp-content/uploads/sites/270/2020/08/2020_08_24-coronavirus-cartilhas-psicovida-o_uso_de_alcool_e_outras_drogas_em_tempos_de_pandemia.pdf>. Acesso em 06 Set. 2021.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19. ED.2 – Nota Técnica. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em 06 de Set. 2021.

ISTOÉ DIINHEIRO. PANDEMIA FEZ AUMENTAR O TEMPO DAS PESSOAS DIANTE DO CELULAR. Artigo. Disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/pandemia-fez-aumentar-o-tempo-das-pessoas-diante-do-celular/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

KÜBLER-ROSS, E. SOBRE A MORTE O MORRER. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

LAPA, N. PANDEMIA EXPÕE FALHAS NAS RELAÇÕES AMOROSAS E CRESCE O NÚMERO DE DIVÓRCIOS. Artigo. Revista Cláudia. Disponível em <https://claudia.abril.com.br/amor-e-sexo/pandemia-casais-divorcio/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

LAUDARES, R. DIVÓRDICOS ESTRAJUDICIAIS SOBEM 26,9% DE JANEIRO A MAIO DE 2021 E DISPARAM NA PANDEMIA; SP LIDERAM RANKING NACIONAL. Artigo. GloboNews. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/11/divorcios-extrajudiciais-sobem-269percent-entre-janeiro-a-maio-de-2021-e-disparam-na-pandemia-sp-lidera-ranking-nacional.ghtml>. Acesso em 06 de Set. 2021.

LUPER, S. A FILOSOFIA DA MORTE. São Paulo: Madras, 2010.

MAMBRINI, V. 40,8% RELATAM MAIOR CONSUMO DE DROGAS LÍCITAS DURANTE A PANDEMIA. Artigo. Disponível em <https://boaforma.abril.com.br/equilibrio/pesquisas-mostram-os-impactos-do-isolamento-na-saude-fisica/>. Acesso em 06 Set. 2021.

MERCADO & CONSUMO. CONSUMO DE STREAMING É HÁBITO DIÁRIO PARA 43% DOS BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA. Artigo. Disponível em <https://mercadoeconsumo.com.br/2020/09/25/consumo-de-streaming-e-habito-diario-para-43-dos-brasileiros-durante-a-pandemia/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

MINUCHIN, S. FISHMAN, C. TÉCNICAS DE TERAPIA FAMILIAR. Artes Médicas, 1989

MONTEIRO, T. PANDEMIA AUMENTA USO DE APLICATIVOS DE RELACIONAMENTO. Artigo. Disponível em <https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2020/06/12/pandemia-aumenta-uso-de-aplicativos-de-relacionamento.html>.Acesso em 06 de Set. 2021.

NICHOLS, M. P e SCHWARTZ, R. C. TERAPIA FAMILIAR: CONCEITOS E MÉTODOS. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PRISCO, L. AUDIÊNCIA DE STREAMING CRESCE 20% DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. Artigo. Metrópoles. Disponível em <https://www.metropoles.com/entretenimento/audiencia-de-streaming-cresce-20-durante-pandemia-do-coronavirus>. Acesso em 05 Set. 2021.

SANTOS, R. NÚMERO DE DIVÓRCIOS EXPLODE NA PANDEMIA E GERA OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO. Artigo. Consultor Jurídico. Disponível <https://www.conjur.com.br/2021-mar-06/numero-divorcios-explode-gera-oportunidades-negocio>. Acesso em 06 de Set. 2021.

SANTOS NETO, S. R. PANDEMIA ALTEROU HÁBITOS DE CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS. Artigo. ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. SPBC. Disponível em <https://www.comciencia.br/pandemia-alterou-habitos-de-consumo-de-alcool-e-drogas/>. Acesso em 06 Set. 2021.

SÃO PAULO, ESTADO, BRASIL. DECRETO Nº 64.881, DE 22 DE MARÇO DE 2020 - DECRETO DA QUARENTENA. Secretaria de Estado de Governo Disponível em <https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/quarentena/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

_____, ESTADO, BRASIL. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

_____, MUNICÍPIO, BRASIL. DECRETO 59.283/2020 de 16 DE MARÇO DE 2020 – DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO. Legislação Municipal. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral/a_cgm/index.php?p=297823>. Acesso em 06 de Set. 2021.

SEBRAE. ESTUDO MOSTRA NOVO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DIANTE DA PANDEMIA. Artigo. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/estudo-mostra-novo-comportamento-do-consumidor-diante-da-pandemia,9388ad41eab21710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 06 Set. 2021.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. GOVERNO DE SÃO PAULO REFORÇA AÇÕES PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Artigo. Disponível em <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/governo-de-sao-paulo-reforca-acoes-para-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

SILVA, R. UM ANO DEPOIS DO INÍCIO DA PANDEMIA, PLATAFORMAS DE STREAMING CONTABILIZAM GANHOS. Artigo. Forbes Money. Disponível em < https://forbes.com.br/forbes-money/2021/03/um-ano-depois-do-inicio-da-pandemia-plataformas-de-streaming-contabilizam-ganhos/>. Acesso em 06 Set. 2021.

USEMOBILE. IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NOS APLICATIVOS. Artigo. Disponível em <https://usemobile.com.br/impactos-do-coronavirus-nos-aplicativos/>. Acesso em 06 de Set. 2021.

VACARRI, B. ALUGUÉIS DE FILMES BATEM RECORDE EM MEIA À PANDEMIA. Artigo. Disponível em <https://canaltech.com.br/entretenimento/alugueis-de-filmes-batem-recorde-em-meio-a-pandemia-185606/>. Acesso em 06 Set. 2021.

UNIAD. O AUMENTO DO CONSUMO DE DROGAS NA PANDEMIA. Artigo. Disponível em <https://www.uniad.org.br/artigos/2-alcool/o-aumento-do-consumo-de-drogas-na-pandemia/>. Acesso em 06 Set. 2021.

UNODC. RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE DROGAS 2021 AVALIA QUE PANDEMIA POTENCIALIZOU RISCOS DE DEPENDÊNCIA. Artigo. Disponível em < https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2021-do-unodc_-os-efeitos-da-pandemia-aumentam-os-riscos-das-drogas--enquanto-os-jovens-subestimam-os-perigos-da-maconha-aponta-relatorio.html>. Acesso em 06 Set. 2021.

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Santa Rita tem por finalidade publicar artigos acadêmicos de seus professores, alunos e outros colaboradores, no intuito de difundir o conhecimento, promover a integração acadêmica e estabelecer um espaço no qual tanto o docente quanto o discente possam manifestar os resultados de sua produção intelectual e profissional. A Revista Santa Rita é publicada e difundida interna e externamente.

Os textos enviados serão submetidos ao Corpo Editorial, que dispõe de plena autoridade sobre a conveniência da publicação e poderá decidir pela aceitação ou não do trabalho, bem como eventualmente sugerir alterações de estrutura ou conteúdo ao(s) autor(es). As ideias e conceitos serão de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da revista.

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço eletrônico: revista@santarita.br, gravados em formato .doc ou .docx, acompanhados por uma autorização de publicação em separado que deverá ser ratificada após a aceitação do trabalho. O envio dos trabalhos implica na cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista. O(s) autor(es) continua(m) a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do artigo, devendo, sempre que cabível, fazer constar a referência à publicação na revista. Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo: nome completo, sem abreviações do(s) autor(es), nome da instituição de origem, graduação, titulação e profissão, além do e-mail a ser divulgado na publicação.

Os textos deverão ser digitados em fonte Calibri 11 com espaçamento simples, justificado e sem numeração de páginas. As margens devem ser: superior - 3cm; inferior - 2cm; esquerda - 3cm; direita - 2cm. As notas explicativas devem ser apresentadas no rodapé de cada página, com numeração que se inicia a cada página. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es).

O artigo deverá ser estruturado da seguinte forma: título, nome completo do(s) autor(es) com sua formação, titulação e atividade profissional atual, e-mail de contato, resumo com três a cinco palavras-chave (e os seus correspondentes em outra língua - inglês, francês, espanhol, alemão ou italiano). O texto poderá ter a seguinte estrutura: introdução (temática, justificativa, objetivos e metodologia), argumentação teórica, resultados, considerações finais, referências bibliográficas seguido por apêndices e anexos quando for o caso. As citações com mais de três linhas, deverão aparecer em parágrafo recuado, com espaço simples e fonte 9, seguidas de parêntese contendo o sobrenome do autor do referido texto em letras maiúsculas, ano de publicação e página(s) do texto citado; aquelas com menos de três linhas devem ser incorporadas ao texto, entre aspas, sendo a fonte citada da mesma forma que acima descrito, ou em nota de rodapé. As ilustrações devem seguir o padrão geral do texto e identificadas com título, legenda e referência. As referências bibliográficas deverão estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023).

O Corpo Editorial não se obriga a publicar as colaborações que lhe forem remetidas. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos não publicados serão devolvidos aos seus autores desde que isso seja a nós requerido.